



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Vítor Manuel Fernandes Pereira informou no início da reunião que teria que se ausentar pelas 16:00 horas, o que se veio a verificar, pelo que depois de votar o ponto 19 da ordem do dia saiu e já não regressou.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017
3. 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017
4. REQ. N. 475/17, DATADO DE 22/03/2017 – PC N.º 23/17, DATADO DE 21/01/2017 – CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA E MARCIO LEANDRO MATIAS LOUREIRO

5. REQ. N. 712/17, DATADO DE 26/04/2017 – PC N.º 63/17, DATADO DE 20/02/2017 – HOTÉIS CRISTAL - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
6. REQ. N. 399/17, DATADO DE 08/03/2017 – PC N.º 82/17, DATADO DE 08/03/2017 – CONSTANTINO AUGUSTO FERNANDES ORFÃO
7. REQ. N. 477/17, DATADO DE 22/03/2017 – PC N.º 458/16, DATADO DE 27/10/2016 – MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA
8. REQ. N. 548/17, DATADO DE 31/03/2017 – PC N.º 117/17, DATADO DE 31/03/2017 – ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE
9. REQ. N. 533/17, DATADO DE 29/03/2017 – PC N.º 110/17, DATADO DE 29/03/2017 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA
10. REQ. N. 1847/16, DATADO DE 31/10/2016 – PC N.º 463/16, DATADO DE 31/10/2016 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS
11. REQ. N. 323/17, DATADO DE 23/02/2017 – PC N.º 70/17, DATADO DE 23/02/2017 – JORGE MANUEL DA SILVA MORAIS
12. REQ. N. 681/17, DATADO DE 20/04/2017 – PC N.º 165/16, DATADO DE 04/05/2016 – MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO
13. REQ. N. 723/17, DATADO DE 27/04/2017 – PC N.º 374/11, DATADO DE 03/10/2011 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
14. REQ. N. 698/17, DATADO DE 21/04/2017 – PC N.º 204/2017, DATADO DE 21/04/2017 – UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA – RECLAMAÇÃO DE ALBINO JOSÉ DA SILVA MARQUES
15. REQ. N. 653/17, DATADO DE 18/04/2017 – PC N.º 47/17, DATADO DE 10/02/2017 – PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
16. REQ. N. 513/17, DATADO DE 28/03/2017 – PC N.º 150/2017, DATADO DE 28/03/2017 – JORGE DOS SANTOS
17. REQ. N. 336/17, DATADO DE 27/02/2017 – PC N.º 106/2017, DATADO DE 27/02/2017 – MARIA OLÍMPIA MENDES COSTA
18. SINALIZAÇÃO VERTICAL DE CARGAS E DESCARGAS JUNTO À ENTRADA DO EDIFÍCIO NOBRE NO PARQUE DA MOBIL E NA RUA DAS PORTAS VERDES-ENTRADA N.º 1/99/2017

19. REQ. N. 586/17, DATADO DE 05/04/2017 – PC N.º 399/16, DATADO DE 23/09/2016 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.
20. REQ. N. 659/17, DATADO DE 18/04/2017 – PC N.º 185/16, DATADO DE 19/05/2016 – MOLDETEFA – INDÚSTRIA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA
21. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
22. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MÁRIO NUNO RODRIGUES FRANCISCO - DEFERIMENTO.
23. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - CONCURSO PÚBLICO Nº. 05/2011. NÃO EXTINÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO.
24. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS FASE 2 – JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/12. NÃO EXTINÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO.
25. CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE DIVERSOS PAVIMENTOS NAS TRUTAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2016. ADJUDICAÇÃO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
26. ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A “REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA GUILHERME STEPHENS” - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO
27. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
28. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULO DE MAIO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
29. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JULHO DE 2017
30. TRANSMISSÃO DO DIREITO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 RÉS-DO- CHÃO ESQUERDO, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE PAULO RENATO DA SILVA DUARTE, POR MORTE DA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – IRIA DOS ANJOS DA SILVA MARQUES DUARTE.
31. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 3, 1ªC, CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É RICARDO MIGUEL SANTOS CASACA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

32. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 1, 2º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSALINA CARVALHO FREITAS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DOS SEUS RENDIMENTOS
33. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DOS SEUS RENDIMENTOS
34. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS – ALMOÇO DE NATAL 2017.
35. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS – GINÁSIO DO CÉREBRO SÉNIOR.
36. ADMISSÃO DA CANDIDATURA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL; CULTURAL, E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO – FAG
37. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS, ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURA DO CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE – RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL 2017
38. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ENCONTROS DE FOLCLORE 2017
39. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA (CDRSP - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RÁPIDO E SUSTENTADO DE PRODUTO) À ORGANIZAÇÃO DO “ICDDMAP - INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIRECT DIGITAL MANUFACTURING AND POLYMERS” E DAS CELEBRAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO DO CDRSP/IPL, NO ÂMBITO DA “SEMANA DO EMPREENDEDORISMO 2017”
40. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA INCUBADORA DE EMPRESAS OPEN À ORGANIZAÇÃO DA “SEMANA DO EMPREENDEDORISMO”

41. RESUMO DE TESOUREARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 - Sr. Wilson Alves Ribeiro, residente na Rua de Moçambique, n.º 24, Ordem, Marinha Grande, em representação da Homemoel – Hostel, sito em S. Pedro de Moel, que trouxe a sua intervenção escrita, que leu e cujo conteúdo se dá por reproduzido.

Referiu que a deliberação camarária de 23/06/2016 não resolve o seu problema e é ilegal, porque foi colocada em causa a medição de som efectuada pelo seu estabelecimento. Não percebe porque é aceite a leitura de som do bar e não a sua, e porque é posta em causa a recolha de som feita por entidades idóneas. Propôs que seja a própria Câmara a recolher a medição de som, que corrija a deliberação tomada e que cumpra a lei, adotando todas as medidas legais previstas no regulamento municipal. O bom funcionamento de todos será benéfico para o turismo de S. Pedro de Moel.

Terminou entregando a intervenção escrita, para que fique junta à ata da reunião.

2 - Sr. Rui de Jesus Menino, residente na Rua de Diu, n.º 24 - r/c, Marinha Grande, que pretende saber o motivo pelo qual a estrada que liga a Rua do Lamarão à Empresa Grandmolde não é arranjada. Já se dirigiu à Junta de Freguesia da Marinha Grande para solicitar a reparação da via, onde foi informado que a Câmara não autoriza tal reparação, dizendo que é caminho particular. Se assim é então porque foram feitos alargamentos? E onde está o caminho público? Disse que está tapado pela construção de uma fábrica, que a Câmara autorizou.

3 - Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, residente na Rua do Sol, n.º 38, Marinha Grande, que referiu que a Rua do Sol é uma questão de saúde pública. Os esgotos não funcionam bem, desde a vala até à Rua de Angola, e como em 2010 foram também ali ligados os esgotos da Moita, Picassinos e Comeira, ficou ainda pior, as tampas do colector levantam e correm a céu aberto quando chove. A conduta de água é antiga, já em 2009 se dizia que ia ser substituída e até à data não foi feito.

Em 15/09/2014 entregou um abaixo-assinado, e foi-lhe dito que até 2015 se resolveria o problema, mas não foi feito. Em 2016 foi aqui prometido que era para 2017, como se está quase a meio do ano pretende saber para quando.

4 - Sr.^a Célia Pereira Luís Carmo Morgado, residente na Rua da Vitória, n.º 6-A, Ordem, Marinha Grande, que leu a sua intervenção, e que abordou os seguintes assuntos:

- Rua da Vitória – em 2009 o então Presidente da Câmara Alberto Cascalho prometeu a requalificação da rua, mas nada foi feito. Em 2014 foi prometido para 2015, nada foi feito. Em abril de 2017 foi informada que ainda se encontrava em fase de projecto, pelo que questionou: o projecto já foi feito? Quando irá estar pronto? Quando irá ser aprovado? Quando vão começar as obras da Rua da Vitória?
- Trouxe uma amostra da qualidade da água de ontem à noite, e referiu que hoje de manhã não tinham água.

5 - Sr. Francisco José Almeida Gomes, residente na Rua de Leiria, n.º 112, Marinha Grande, que colocou as seguintes questões sobre a Praia da Vieira:

- A Estrada Vieira/Praia estará pronta até 31 de maio? Referiu ainda que a sinalética está mal feita.
- Para quando a instalação dos contentores subterrâneos junto ao Hotel?
- Quando é concluído o parque de estacionamento? Já passaram 5 ou 6 anos e não foi terminado e está cheio de ervas.

Processo do Parque Aquático – soube que vem hoje à reunião de Câmara, pelo que agradeceu o esforço feito para avançar com este investimento, o que permite a abertura antes do verão.

6 - Sr. João Eduardo Andrade Santos Pereira, residente na Rua do Cartaxo, n.º 35, Marinha Grande, que em nome dos estabelecimentos Topis, Rosis e Iceberg, situados em S. Pedro de Moel, mostrou o seu desagrado pelo funcionamento das esplanadas. Para além dos prejuízos económicos, entendem que a atuação exagerada da GNR, embora cumprindo a lei, é uma má imagem de S. Pedro. O fecho das esplanadas às 2 horas da manhã, no mês de agosto, não é suficiente e não permite rentabilizar os negócios, e quem é mandado embora já não volta. Compreendem que há um problema, há duas partes, mas todos querem fazer parte da solução e não do problema. Dado que o espaço interior dos estabelecimentos é pequeno e as esplanadas fazem parte dos mesmos, propõem que de 1 de junho a 30 de setembro, de domingo a quinta-feira, encerrem às 3 horas da manhã, nos outros dias (sexta-feira e sábado), às 4 horas da manhã.

7 - Sr. Júlio Franco Rosa, residente na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, Marinha Grande, que deixou ao Sr. Presidente as seguintes questões e alertas:

1. Qual a situação do campo sintético da Ribeira das Bernardas? Qual a previsão da data para a sua reentrada em funcionamento?
2. Em que situação se encontra a reparação do corrimão da entrada da Biblioteca?

3. Qual a razão de tanta demora na reparação do acesso do lado sul do mercado, onde centenas de pessoas circulam semanalmente?
4. As mesas de pedra, instaladas no Parque Mártires do Colonialismo, encontram-se em mísero estado de limpeza, por via do vandalismo. É de toda a necessidade proceder-se à sua limpeza, pelo menos na parte superior, onde qualquer pessoa possa ter necessidade de colocar alimentos. Aproxima-se o tempo de férias, com excursões, e a imagem que levam da cidade é péssima, pelo que é urgente corrigir esta situação.
5. O passeio do lado direito, no sentido norte/sul, logo a seguir ao supermercado Mini Preço, na Estrada da Nazaré, encontra-se danificado em dois lados.
6. Os alertas que deixou ao Sr. Presidente, há mais ou menos dois meses, sobre passeios danificados em Casal de Malta, não foram até agora reparados.
7. Gostaria que o Sr. Presidente lhe explicasse da razão que o levou a colocar no panfleto da Câmara Municipal da Marinha Grande, a pretexto do 25 de Abril, o emblema ou logotipo, como lhe queiram chamar, da central sindical “UGT”? Do seu ponto de vista não pode tolerar tal situação, pois o Município não deve comprometer-se com qualquer central sindical.

8 - Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4, 2.º esq.º, Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

- A sinalética para a Praia da Vieira, que não está correta;
- O passeio entre a Rotunda do Vidreiro e a Rua Diogo Stephens tem 25 buracos;
- O passeio junto ao Teatro Stephens tem 14 buracos e pregos salientes, que ainda são das obras;
- Limpeza no Parque Mártires do Colonialismo – há lixo junto ao café e o bebedouro das crianças não tem água;
- O Parque da Cerca está cada vez pior, com lama, moscas, lixo no chão, e as crianças brincam ali.

9 - Sr. João da Encarnação Cruz, residente na Av.ª Vítor Gallo, n.º 9, Marinha Grande, que cumprimentou todos os presentes e referiu que gostaria de saber quais são os processos urbanísticos presentes nas reuniões e onde se situam, uma vez que não encontra essa informação nas agendas.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu para falar, uma vez que foi citado pelo Sr. Wilson Ribeiro.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas:

- ⇒ Sr. Wilson – todos os membros da Câmara são livres de dar a sua opinião nos processos que vêm à reunião. Não há qualquer ilegalidade, e se a houver os Tribunais julgarão. Os Srs. Vereadores manifestaram a sua livre opinião num órgão do qual fazem parte.

No que respeita à situação apresentada, é difícil conciliar as duas posições. A vivência das praias tem mais significado naqueles dois meses de verão, e todos procuram exercer as suas funções e os seus negócios. A Câmara vai proceder a uma contra-análise da emissão de ruído, logo que estejam em funcionamento, até para poder dar resposta à Provedoria de Justiça. A Câmara tenta ser conciliadora, mas pelas posições aqui expressas parece que não será possível haver esse consenso.

- ⇒ Sr. Rui Menino – foi consultar os processos existentes e os respetivos pareceres, e concluiu que aquele acesso é uma serventia particular. Para ser reconhecido como via pública terá que ser por expropriação ou recorrendo aos Tribunais. Em 24/05/2013, em reunião com os técnicos, realizada no auditório da Biblioteca Municipal, não foi levantada qualquer objecção à realização das infraestruturas da Grandmolde. Se este acesso fosse público a Câmara não necessitava do acordo dos utilizadores desta serventia, como foi necessário. Sendo serventia, compete aos particulares a sua beneficiação. A Câmara não pode intervir em propriedade privada. A Junta de Freguesia é um órgão e como tal responde por si. Terminou voltando a frisar que se trata de uma serventia particular.

O **munícipe** protestou, registando-se uma troca de palavras entre si e o **Sr. Presidente**, que prosseguiu nas suas respostas.

- ⇒ Sr. Agostinho e D. Célia – o Sr. Agostinho já aqui veio diversas vezes e a resposta é a mesma. O projeto da Rua de Angola está avançado e já foi entregue uma versão. A Rua da Vitória já está entregue, já há um traçado e estão definidas as cedências. O projeto definitivo ainda não foi entregue porque se está na fase de pedido de cedências e de cortes. A obra compreende a reformulação da rede de águas, saneamento e pluviais.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – tem informação que a faixa de rodagem estará pronta e transitável no fim do mês de maio, embora a obra possa não estar completa, designadamente os passeios. O gás já está ligado.
- Molokes – já foram contratados e serão colocados antes do verão.
- Sinalética – os desvios estão devidamente assinalados.
- Estuarino – é uma obra da APA, com participação da CMMG. A primeira empresa faliu, abriu-se novo concurso, foi interposta uma providência cautelar, e entretanto acabaram-se os fundos do quadro comunitário. Sabe que a APA está a tentar obter fundos para acabar a obra. Antes do verão será tudo limpo.
- Parque aquático – o processo vem hoje à reunião.
- ⇒ Sr. João Pereira – tal como disse na primeira resposta que deu, procurou conciliar as duas posições. Já houve uma reunião, foi-lhes sugerido que apresentassem uma petição à Câmara para se poder analisar a alteração ao Regulamento, mas parece-lhe que não há conciliação de interesses.
- O **Sr. Wilson Ribeiro** referiu que não é assim, e que as esplanadas não incomodam. O **Sr. Presidente** disse que folgava em saber, porque não era isso que lhe parecia.

- ⇒ Sr. Júlio – Ribeira das Bernardas: os serviços estão a ver a melhor solução para a drenagem.
Corrimão: aquando do tratamento das palmeiras uma das máquinas danificou-o. A empresa já foi contactada para fazer a reparação e ficou de vir fazê-la.
Reparação da estrada de acesso ao mercado: já foi enviado para os serviços, mas estes não podem acorrer a tudo, e por isso teve que se lançar um procedimento para a reparação dos passeios, que ficou deserto, e agora vai-se lançar novamente.
Mesas do Parque Mártires: uma semana depois de colocadas foram grafitadas. Quando a Oficina da Música abrir, as mesas serão limpas e pintadas, e serão dispostas de outra forma.
Passeios: respondendo ao Sr. Júlio e ao Sr. Andrade, informou que há uma prestação de serviços adjudicada, que vai começar pelas praias e depois virá para a Marinha, reparar esses passeios.
Logotipo da UGT – a Sr.ª Vereadora irá responder.
- ⇒ Sr. Andrade – em relação aos passeios já está respondido.
Sinalética: tal como respondeu ao Dr. Almeida Gomes, há desvios assinalados.
Parque Mártires: já está respondido.
Parque da Cerca: as águas estão estagnadas, porque não tem chovido. Está-se a tentar retomar a cascata, para fazer circular as águas e tentar minimizar o problema.
- ⇒ Sr. João Cruz – as propostas de deliberação vão para os membros da Câmara. A agenda é publicitada correctamente e não vê qualquer problema no que é divulgado. Posteriormente, com as atas aprovadas, será tudo publicado.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte à questão colocada pelo Sr. Júlio Rosa:

- ⇒ 25 de Abril – houve muitas iniciativas, com muitos parceiros, porque a Câmara não exclui ninguém, e aquela a que se referiu foi uma ação conjunta, em colaboração com a Câmara e outras entidades, e onde estiveram presentes um militar de Abril, que agora está na UGT, e é livre de o fazer. Também vieram mais duas pessoas muito importantes: José Fróis e Adelino Gomes, jornalista que cobriu todo o 25 de Abril. Foi uma ação muito emotiva e fez reviver o que foi o dia 25 de Abril. É uma ação que até deve ser repetida. A Câmara colabora com todos e não exclui ninguém.

Na sequência do seu pedido, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Logrado, que referiu o seguinte na defesa da honra e em resposta ao Sr. Wilson Ribeiro:

Em primeiro lugar quer fazer uma correção. Os que votaram (4 Vereadores) para que se fizesse nova avaliação de ruído, feita pela Câmara, não puseram em causa as empresas que fazem as medições. O que pôs e põe em causa é a forma como é conduzida a medição. Em segundo lugar quer dar uma explicação. Tem na sua posse os documentos dos estudos que o Sr. lhe entregou, pelo que de seguida explicou como é feita a medição do ruído face

ao que a lei define, concluindo que a aplicação da lei é quase impossível. Esta restrição legal não interessa aos empresários de S. Pedro nem à Câmara. Dizem que as esplanadas não são problema, então têm um problema pessoal para resolver, e à Câmara só cabe conciliar.

Por último quer deixar um pedido. Pede que não levem a situação ao limite e que haja consenso.

Também a Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho interveio, dizendo o seguinte:

Não tem consciência de ter cometido qualquer ilegalidade, defende a realização de outra medição, e o que defende é que se devem conciliar os dois interesses em conflito. A decisão a tomar deve ser bem suportada para não se cometer nenhuma injustiça. A deliberação foi tomada, o executor é o Sr. Presidente da Câmara, e quando vierem todos os elementos cá estará para decidir. Ainda bem que não se opõem à alteração do horário das esplanadas. Também o apoia. A Câmara tem que ter bom senso, e para decidir têm que se habilitar com todas as ferramentas, e foi isso que foi feito.

O Sr. Vereador Vítor Pereira interveio, dizendo o seguinte:

Apesar de não ter sido referido na intervenção, porque não esteve presente nesse dia e foi substituído, ficou chocado com a frase “os senhores não cumpriram a lei”. Tal como os munícipes têm o direito de pedir responsabilidades aos políticos, estes também têm o direito de pedir respeito aos munícipes. Acha que não cometeram nenhuma ilegalidade. As avaliações valem o que valem, como o Sr. Vereador Logrado explicou. Há interesses em presença, que são complicados, e por isso apela à conciliação. Concorde que o bar funcione de portas fechadas, que se dê condições aos clientes do Hostel, mas que os empresários também desenvolvam a sua atividade. Quando foi aprovado o Regulamento ficou uma aberta para uma possível alteração, e agora surge essa necessidade. A Câmara decide em função dos interesses gerais da comunidade, mas isso às vezes não é possível de conciliar. Os comerciantes devem tentar dialogar, junto da PROTUR e até da MOHER. É essencial dialogar.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira também interveio, dizendo o seguinte:

O que hoje aqui foi trazido entronca num assunto comum: o turismo. É preciso definir o que se quer para S. Pedro. Todos querem desenvolver o turismo, e estas duas fações querem, e por isso têm que se complementar. Até é bom que hoje estejam sentados lado a lado. O sentido é a conciliação, a complementaridade e o diálogo.

Perguntou ao Sr. Presidente: em que estado está a avaliação do som aqui decidida?

Resposta do Sr. Presidente: vai ser feita no verão.

O Sr. Vereador Aurélio prosseguiu, dizendo que aqui o importante não é duvidar de ninguém mas sim fazer uma avaliação da própria Câmara, e por isso é importante que se faça o mais rápido possível. É necessário fazer rapidamente a avaliação e conversar, para conciliar interesses, porque ambos querem o mesmo. A Câmara deverá ser conciliadora.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira interveio, dizendo o seguinte:

Só há que conciliar as duas partes, e já percebeu que as coisas são conciliáveis, porque trazem benefícios aos dois, e há uma medição para fazer. Dá para perceber que não há problemas com as esplanadas, há apenas um problema de ruído. O Sr. Presidente já disse estar disponível para resolver o assunto até ao verão.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

Só quero acrescentar que a atividade hoteleira potencia outros negócios, até durante todo o ano, como acontece com os apoios de praia na Praia da Vieira, que é uma situação que conhece. As duas atividades não são concorrentes.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Como o Sr. Wilson também falou no seu nome, quer dizer que concorda com o que disseram os Srs. Vereadores Vítor Pereira, Alexandra Dengucho e Carlos Logrado. Há aqui dois interesses, que têm que ser conciliados, têm que dar as mãos, porque quando há vontade há sempre um meio. Também está disponível para essa reunião, para que se chegue a uma conclusão.
- ⇒ Sr. Rui Menino – já não está presente mas mesmo assim vai falar. Soube hoje que aquilo era uma serventia particular.
- ⇒ Rua do Sol e Rua da Vitória – dizem-lhe respeito, da sua infância. Ficou estupefacto com a qualidade da água. O Sr. Presidente disse que o projeto está pronto e que há cortes a fazer, por isso espera que o assunto se resolva rapidamente.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – três questões, uma positiva e duas negativas. É positivo a abertura da estrada. A questão dos contentores também se transformou em positiva, porque o Sr. Presidente disse que vão ser colocados. O processo da APA é mais difícil. Ficou também contente com o avançar do parque aquático.
- ⇒ Sr. João Pereira – disse na sua intervenção “não queremos as ruas de S. Pedro como ruas fantasmas”. Também não quer, e por isso quer colaborar e fazer parte da solução, como já disse.
- ⇒ Jornal Região de Leiria – leu parte do seu artigo “Arte na rua”, relativo à inauguração da Galeria Tony Vitorino, que foi publicado neste jornal.

Defende que as boas ideias, venham de onde vierem, devem ser utilizadas. Exemplo disso, é o aproveitamento que se deve fazer da beleza natural da Marinha Grande.

- ⇒ Elogio – ao artigo do Vereador Vítor Pereira, sobre a intervenção do Primeiro-Ministro, ao elogiar a Marinha Grande. Também defende que a Marinha Grande deve estar sempre no centro da inovação e do conhecimento.
- ⇒ Enaltecer também a notícia do arranjo das estradas da mata.
- ⇒ Pergunta: qual o ponto de situação da compra da FEIS?

O Sr. Vereador Carlos Logrado abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Turismo – o que quer para o concelho? Não defende pequenos números, que sejam para poucos, mas que tenha poder de compra e dimensão, que traga gente. Assim, cumprimenta o Dr. Almeida Gomes pelo grande investimento que vai fazer, e que todos os anos consiga investir naquele empreendimento, que é benéfico para toda a Marinha Grande.

A Câmara tem que sanar os problemas existentes, como é o caso de S. Pedro, e por isso a Câmara tem que estar ao serviço de todos. Como?

1.º Pôr a TUMG a fazer circuitos turísticos;

2.º Que o Presidente promova duas reuniões aqui na Câmara, a primeira com a PROTUR e MOHER mais os empresários, porque a mediação que se vai fazer não vai resolver nada. Há que reunir as pessoas e tem que haver bom senso.

3.º Reunião com a Polícia, GNR e empresários da restauração com esplanadas, porque as forças de segurança têm uma forma pouco amigável de fazer cumprir a lei. A sua interpretação da lei para as esplanadas é que os bares não podem servir depois das 2 horas, não é mandar as pessoas embora, como aconteceu o ano passado, em que as pessoas eram “expulsas”.

- ⇒ Marchas – não vão ser realizadas, tínhamos 50.000€ que não gastámos, o que é uma excelente ideia para promover um festival a sério.
- ⇒ Piscinas de S. Pedro – é urgente resolver e a Câmara tem que começar a pensar em comprar aquelas instalações, da mesma forma que defendeu a compra da FEIS.
- ⇒ Revisão ao Orçamento – hoje é dia 4 de maio e ainda não se começou a trabalhar na sua preparação.
- ⇒ Liberdade e Abril – comemorar Abril comemorando a liberdade, e mais importante do que o passado é comemorar o futuro e a liberdade, que hoje está tão ameaçada e que deve ser comemorada. Comemorar Abril é incentivar a participação jovem, é cada vez mais liberdade, no passado e no futuro.
- ⇒ Centro de Saúde de Vieira de Leiria – tem um médico mas os utentes têm que vir à Marinha Grande carimbar papéis. É uma situação burocrática incompreensível, que deve ser resolvida. Vai haver uma ação, mas se se resolver antes, melhor, porque mais vale prevenir do que remediar.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Regulamento dos horários – na altura foi tão criticado, mas parece que mereceu a validação do tempo que passou desde a sua aprovação, apenas tendo surgido o pequeno problema das esplanadas, pelo que todos se devem congratular com o trabalho desenvolvido.
- ⇒ Sr. Rui Menino – já aqui não está, mas se o município diz que é privado e o munícipe diz que não, então é uma situação a dirimir nos Tribunais.
- ⇒ Sr. Agostinho e D. Célia – o problema não é novo, já lá foi ver a situação e deve-se dar particular atenção, é uma zona muito degradada, pelo que pede ao Sr. Presidente que dê uma solução rápida.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – as respostas do Sr. Presidente vão no sentido da resolução, por isso não há mais nada a dizer.
- ⇒ Proposta do Sr. João Pereira para alteração de horários – perguntou se já entrou na Câmara essa proposta.
O **Sr. Presidente** respondeu que não. Então o **Sr. Vereador** pediu que logo que entre que venha aqui à reunião, para ser discutida.
- ⇒ Sr. Júlio – colocou uma questão que também queria ver respondida, sobre as obras do sintético, uma vez que não vê razão para que tenham parado. Pede a resposta do Sr. Presidente.
- ⇒ Estuarino – já por diversas vezes levantou este problema, a resposta do Sr. Presidente é sempre a mesma, porque também não tem outra. O que propõe é que a Câmara possa, eventualmente, propor à APA acabar a obra. Será muito caro?
O **Sr. Presidente** informou que importa em mais de quatrocentos mil euros.
O **Sr. Vereador** mostrou-se surpreendido pelo valor, que considera ser ainda significativo, mas pede que se pondere propor à APA, porque esta não tem nem terá dinheiro, a obra não é acabada e é o turismo da Praia da Vieira e a Marinha Grande que são prejudicados.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- ⇒ É a primeira vez que a sala está tão cheia, com a inscrição de 9 munícipes.
- ⇒ Sr. Rui Menino – só conhece o caminho, mas há que reunir com ele, e se tiver que ir para Tribunal que vá, mas não se mande calar um munícipe, isso nunca deve acontecer porque não é bonito.
O **Sr. Presidente** disse que para si também não é uma situação agradável.
- ⇒ Sr. Agostinho – é importante perceber o que vai ser feito na intervenção que a Câmara vai fazer na Rua do Sol, porque lhe parece que não irá solucionar o seu problema. Vai ser resolvido o problema da vala, transversal à Rua do Sol e Rua da Vitória, mas o resto não lhe parece que vá ser resolvido.
- ⇒ D. Célia – fez várias perguntas e não ouviu o Sr. Presidente responder. E é isto que os munícipes querem saber: quando?

- ⇒ Pede ao Sr. Presidente para falar com o Sr. Agostinho e o Sr. Diamantino sobre o que se vai fazer na Rua do Sol. Pede-lhe também para responder à D. Célia.
- ⇒ Dr. Almeida Gomes – a notícia é não estar ainda resolvido.
- ⇒ Sr. Júlio – a questão do sintético é uma história mal contada, já com quase 2 anos, do tempo em que o Vereador Vítor Pereira tinha o pelouro. Houve um concurso, agora está adjudicado um outro, mas a obra está parada. Pede que se resolva.
- ⇒ Sr. Andrade – percebeu que a questão do Parque Mártires é sistemática e não se vê resolvida.
- ⇒ Sr. Cruz – o Sr. Presidente disse-lhe que não vê agora a informação dos processos e que vê depois, nas atas, mas estas estão atrasadas sete reuniões, pelo que pede ao Sr. Presidente que dê uma solução.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a restante intervenção por escrito, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:

1. *Felicitei uma vez mais a equipa de andebol da APD Leiria, por mais um título nacional (o terceiro) de andebol em cadeira de rodas variante ACR7. Esta final disputada em Viseu, foi muito renhida terminando com a vitória da APD Leiria sobre a APD do Porto por 11-10, com o derradeiro golo a ser marcado no último segundo. Merece ainda ser felicitada a equipa de basquetebol da ADP Leiria, por se ter sagrado vice-campeã nacional, em cadeiras de rodas.*
2. *Felicitei a equipa feminina de andebol do SIR 1.º de Maio de Picassinos por ter ganho ao CS Madeira, num jogo épico, e assim ir disputar as meias-finais do campeonato nacional. Num desporto coletivo é o maior desempenho que alguma equipa marinhense alguma vez teve, cotando-se como uma das quatro melhores equipas nacionais e garantindo desde já o apuramento para uma competição europeia, algo inédito na Marinha Grande.*
3. *Felicitei as empresas marinhenses Batistamolds Lda, Engtool SA, GS Fastmold Lda, Mariana Marques Ribeiro Lda, PCTS – Intelligent Spaces Lda, por lhes ter sido atribuído o título de empresa gazela. Relembro que as empresas gazelas são as que registam um crescimento acima de 20% e de criação de pelo menos 10 postos de trabalho, são inovadoras, nasceram há menos de dez anos e faturam mais de meio milhão de euros. Somos o concelho do distrito de Leiria que tem mais empresas gazela.*
4. *Uma questão ambiental.*
Existe um peixe de água doce nos nossos ribeiros que está em vias de extinção, é o Ruivaco do Oeste. É um peixe que se vê hoje apenas nas ribeiras perto de Mafra (Sisandro e Alcabrichel) e se via muito no Vale do Ribeiro em S. Pedro, antes e depois do lavadouro, mas que devido à poluição existente e ao baixo nível de pluviosidade deste ano, está praticamente a extinguir-se. Neste momento está em fase da reprodução e se não criarmos melhores condições, podemos estar face à extinção deste peixe no nosso concelho. Sugeri que rapidamente se analise a

poluição na ribeira e, segundo os técnicos conhecedores, deverá ser criado um espaço mais profundo para reprodução após o lavadouro.

5. *Festas da Cidade. Questionei se já existe o programa das festas da Cidade. Pedi que me disponibilizassem o programa e as condições, normas ou regulamento de participação das associações e de outras entidades interessadas.*
6. *Na reunião passada solicitei a lista de devedores de água do último semestre de 2016, no valor 429.116,00 €, bem como a lista do que prescreveu no mesmo período. Qual o motivo para não ter sido ainda facultada esta informação?*

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Municipais – são todas questões pertinentes, e não vai analisar uma a uma. É particularmente preocupante a qualidade da água, e este assunto deve tirar o sono ao Sr. Presidente enquanto não o resolver. Pede-lhe que resolva esta questão e que responda a todas as que foram aqui colocadas.
- ⇒ Horários – conhece a realidade de S. Pedro, sabe que 2 horas da manhã é pouco, parece-lhe que há consenso, é bom que se conciliem e que se sentem todos à mesa.
- ⇒ Parabéns às empresas gazela, fazendo suas as palavras do Sr. Vereador Aurélio.
- ⇒ Pede particular atenção para o apoio à SIR 1.º de Maio, porque a Câmara deve apostar no apoio e na divulgação da Marinha Grande lá fora, uma vez que a equipa vai representá-la fora de portas.
- ⇒ Chama a atenção para as águas inquinadas dos parques, nomeadamente o da Cerca, e para o abandono do Parque Mártires.
- ⇒ Pede o empenho da Câmara para a questão do Centro de Saúde de Vieira de Leiria.
- ⇒ Cães – aborda novamente este assunto, porque viu quatro cães enormes na Estrada de S. Pedro para a Marinha Grande. A situação não pode continuar, é um perigo. Há todos os dias notícias sobre ataques, o que é preocupante. O Pedro Melo, da MOHER, disse que havia e conhecia empresas nesta área, pelo que sugere que se contacte para saber quais são.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Parabéns ao Dr. Almeida Gomes, pelo investimento que vai fazer na área turística do concelho.
- ⇒ Respostas:
 - Circuito da TUMG – já foi feito o ano passado, na ligação às praias do concelho e na vinda das mesmas. Este ano vai também ser posto em prática, mas com mais divulgação.

- Festival de gastronomia e do mar – foi feita uma candidatura, que irá permitir fazer eventos. Aguarda resposta.
 - Ontem esteve reunida com as associações de S. Pedro de Moel, que estão a fazer a programação, e também com as da Vieira, e como se está em fase de revisão ao orçamento, poder-se-á reforçar com a opinião de todos.
 - Dinheiro das marchas – já tinha sido retirado de outras rubricas para as marchas.
- ⇒ Centro de Saúde – não tem qualquer informação sobre o que o Sr. Vereador Carlos Logrado falou, pelo que, se os Srs. Vereadores têm informações pormenorizadas, agradecia que lhe fizessem chegar, para poder tomar as suas medidas.
- ⇒ Festas da cidade – os contratos dos artistas estão fechados, publicados no site, e vai fazer uma reunião com as coletividades, as habituais e as que vão participar pela primeira vez. A ACIMG também pediu e vai-lhe ser cedida uma área, mas depois, em devido tempo, dará aqui conhecimento.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu o regulamento das festas da cidade.
- A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que há um conjunto de normas relativas à participação das coletividades e são essas que se adotaram.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou como é com outras empresas particulares, que não as coletividades?
- A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que depende do espaço disponível. Em termos de regulamento específico a Câmara não tem, senão teria vindo à reunião para aprovar.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se poderia receber essas normas, uma vez que as pessoas lhe perguntam.
- A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que as pessoas propõem primeiro e depois a Câmara decide.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Compra da FEIS – mantém-se o interesse da Câmara na sua aquisição. O ano passado revogou-se, este ano, na revisão, volta-se a inscrever.
- ⇒ Sr. Vereador Logrado – anotou as suas sugestões. Sobre a revisão ao orçamento referiu que está a trabalhar nela, tal como tem informado. No início da próxima semana vai enviar o borrão, dando uns dias para os Srs. Vereadores darem opiniões e depois reunirem e tomarem a decisão.
- ⇒ Regulamento de horários – teve uma reunião com os concessionários e sugeriu-lhes que fizessem uma proposta à Câmara, para ser analisada e vir à reunião.
- ⇒ Rua da Vitória – o projeto está encomendado fora, há uma versão final, não definitiva, em que já está definida a faixa de rodagem e simultaneamente os serviços da Câmara estão a negociar autorizações com os proprietários, para não haver problemas quando vier a aprovação.

Questionado pelo **Sr. Vereador Aurélio** sobre a data, informou que são datas muito imprevisíveis, devido às negociações, pelo que não vai indicar uma data.

- ⇒ Qualidade da água – houve uma rotura esta noite, foi reparada às 6 horas da manhã, e os serviços ainda estão no local.
- ⇒ Estuarino – em resposta ao Sr. Vereador Vítor Pereira informou que o processo já foi revisto para novo concurso, reduzindo-se o valor ao mínimo.
- ⇒ Sintético – foi feita a proposta, houve problemas na concessão do projeto. O segundo concurso foi para a caixa em volta, o primeiro concurso era para a pavimentação. O Eng.º está a acompanhar a situação para arranjar uma solução para a drenagem, e neste momento não pode ainda dizer quando estará pronto.
- ⇒ Respostas ao Sr. Vereador Aurélio – já pediu as respostas aos serviços e está a recolher todas as informações para responder posteriormente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores.
- ⇒ Cães – tomou nota da informação da Sr.ª Vereadora Alexandra. Chamou a atenção para a nova lei, que coloca problemas aos municípios, porque os canis e CRO's estão a ficar esgotados. A ANMP está a estudar a questão da eutanásia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 12:10 horas às 12:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 5, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2017

384 - Presente a ata n.º 5, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 6.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017

Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pronunciou-se sobre o seu sentido de voto, tal como consta da declaração de voto que proferiu, tendo referido que não concorda com esta alteração mas percebe que para a boa gestão da Câmara possa ser necessária, e então mereceria o seu voto favorável, mas tem o problema da verba para o estudo da viabilização do aeroporto de Monte Real: 75.000€ + IVA. Se o estudo só avançar se for aqui votado, aprovará a modificação, se assim não for votará contra a modificação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não tem esta opinião. A defesa do aeroporto de Monte Real não é nova, defende-a, e entende que não se pode estar à espera do Primeiro-Ministro para depois se dizer que se tem um estudo. É bom que o estudo venha, que diga que tem viabilidade e que sirva de pressão para com o Primeiro-Ministro. O que se diz não lhe interessa, o que interessa é o concelho da Marinha Grande, os seus interesses económicos e turísticos, e se a Marinha Grande e Leiria se podem juntar para pressionar, tudo bem. É importante para o concelho e é de opinião que se avance com o estudo.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o valor é demasiado elevado para fazer modificações que alteram o orçamento inicial, embora perceba algumas situações. Em relação ao estudo pensa que é um momento único para que se possa abrir o aeroporto à aviação civil, que terá o ponto alto quando o Papa ali aterrar. Entende que se deveriam envolver mais autarquias para pagar o estudo, e até acha que deveria ser a CIMRL a pagá-lo, mas segundo lhe pareceu terá sido chumbado. O estudo deve ser feito, e tem a certeza que se não houver estudos técnicos nunca o poder político avançará com qualquer decisão. Concorda que se avance com este valor.

O **Sr. Vereador António Santos** elogiou as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira, e disse que é de avançar com o estudo, para que a Marinha Grande avance.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** concorda com a modificação, tem obras importantes para o concelho, apenas lamenta que não haja nada para a Moita. O estudo já foi discutido na última reunião, agora é só a verba. Percebe a posição do Sr. Vereador Carlos Logrado, que quer ter mais certezas, lamenta a posição da CIMRL e gostava de conhecer os argumentos dos municípios quando recusam uma infraestrutura que iria alavancar toda uma região. Deveriam estar todos em força, não estão, vamos avançar e vai votar a favor a modificação.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que esta modificação se trata de mais uma situação de urgência, em que se estão a tirar verbas de rubricas que depois irão ser repostas com a revisão, e por isso espera que sejam aprovadas.

O **Sr. Presidente** informou que o compromisso com a Câmara de Leiria é de que seria aprovada a verba necessária para avançar com o estudo. O estudo que diga que a Base Aérea de Monte Real é viável economicamente é necessário para ir ao Governo central, porque só assim é que ele se pode comprometer. Só avançou para a Câmara de Leiria porque teve o compromisso de todo o executivo, que espera se mantenha, com a exceção do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** renovou a pergunta que fez ao Sr. Presidente sobre o estudo.

O **Sr. Presidente** respondeu que o assunto não vem a deliberação. Assina o ajuste direto e é lançado na plataforma.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** questionou, se não vem à reunião e se não fosse necessário colocar a verba, se a Câmara ia contratar um estudo sem nunca aqui vir?

O **Sr. Presidente** disse que não houve deliberação mas apresentou aqui o assunto.

De seguida colocou a votação a seguinte proposta:

385 - Presente proposta da 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

6ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2017, no valor de 392.645,46 euros nos reforços e de 392.645,46 euros nas anulações;

6.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2017 no valor de 82.580,00 euros nos reforços e de 82.580,00 euros nas anulações;

6.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2017 no valor de 212.187,00 euros nos reforços e de 304.137,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 6ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“O elevado montante envolvido nesta modificação desvirtua o orçamento de 2017 aprovado. Evitavam-se estas alterações com a atempada revisão do orçamento largas vezes por mim reivindicado.

Mesmo assim, votaria favoravelmente esta alteração não fosse compreender uma verba de 96.407,83€ para o estudo de viabilidade do aeroporto de Monte Real. Embora ache a primeira prioridade em termos de infraestrutura para a região o aeroporto e considerar que este é o momento ótimo para lançar, não conheço nenhum compromisso ou afirmação pública que o Governo central lhe dê a mesma importância. Sem essa manifestação de apoio do Governo central, corremos o risco de deitar ao lixo quase 100 mil euros para o novo estudo que se vai juntar ao monte dos cinco estudos existentes.

Por isso, deveríamos utilizar a diplomacia e influência no Governo central para a assunção de compromisso público de apoio a esta infraestrutura antes de aplicarmos 100 mil euros no estudo.

Não é a importância do mesmo que está em causa mas a oportunidade de o lançar.”

4 - REQ. N. 475/17, DATADO DE 22/03/2017 – PC N.º 23/17, DATADO DE 21/01/2017 – CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA E MARCIO LEANDRO MATIAS LOUREIRO

386 - Presente requerimento n.º 475/17, datado de 2017/03/22, constante do processo camarário n.º 23/17, subscrito por **CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA**, com o NIF 233056335, e por **MARCIO LEANDRO MATIAS LOUREIRO**, com o NIF 209547596, residentes na Rua da Fonte Velha, n.º 21, 2.º Dto. lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 1273 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia da Moita sob o artigo número 2274.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/04/18, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua 1.º de Dezembro, lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 1273 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia da Moita sob o artigo número 2274, com o número de processo 23/17, com data de entrada em 2017/01/24, apresentado por **CECÍLIA MARGARIDA MARGATO PEDROSA** com o NIF 233056335 e por **MARCIO LEANDRO**

MATIAS LOUREIRO, com o NIF 209547596, residentes na Rua da Fonte Velha, n.º 21, 2.º Dto. Lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**
- 2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 86,15m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua 1.º de Dezembro, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Situação*”, com o número “*ARQ-01 Adit.*”, datada de março de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 475/17, datado de 2017/03/22, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**
- 3. O muro de vedação deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
- 4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 712/17, DATADO DE 26/04/2017 – PC N.º 63/17, DATADO DE 20/02/2017 – HOTÉIS CRISTAL - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

387 - Presente requerimento n.º 712/17, datado de 2017/04/26, constante do processo camarário n.º 63/17, subscrito por **HOTÉIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.**, com o NIPC 500994814, com sede em Rua de Leiria, 112-114, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Instalação de Equipamento*” designado de “*Salto de Anjo ou Kamikaze*”, a levar a efeito no Recinto de Diversões Aquáticas Mariparque, localizado no lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1977 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5297.

Presentes pareceres emitidos pelas entidades consultadas no âmbito do previsto no art. 7.º do Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de abril, diploma que estabelece o Regime de Instalação e Funcionamento de Recintos com Diversões Aquáticas, transcrevendo-se:

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

“O projeto de segurança contra riscos de incêndio foi aprovado, pelo que não há objeções ao licenciamento da obra.

A licença de utilização não deverá ser concedida sem ser verificado o cumprimento do projeto agora aprovado, dependente de vistoria”.

ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

“(…)

Favorável Condicionado

Observações/Condições a Respeitar:

- *Apenso ao projeto como complemento do mesmo e a pedido da CMMG, foi entregue cópia de resposta ao IPDJ, IP pelo requerente, referente ao Parecer do IPDJ OE SC DIED 0032/2017 datada de 05.04.2017, com 8 páginas.*

- *Foi ainda entregue cópia do parecer do IPDJ, IP enviado ao Presidente da CMMG sobre o assunto em título com 3 páginas.*

Tendo em consideração os 2 documentos acima referidos e no que toca ao equipamento denominado “Kamikaze”, julga-se salvo melhor opinião que a Câmara Municipal e o IPDJ, IP serão as entidades mais competentes para se pronunciarem a respeito da conceção e instalação deste novo equipamento.

Não obstante e ainda na fase de apreciação do projeto de arquitetura, devem ser salvaguardadas questões relacionadas com aspetos higiossanitários e de segurança e saúde, a saber:

. Deverão ser respeitadas as indicações mencionadas na secção III – Escorregas e Pistas, do DR n.º 5/97, nomeadamente, plataforma de partida e disposições gerais de segurança nas pistas.

. A água de alimentação dos tanques tem de ser potável, devendo ser proveniente de uma rede pública de abastecimento, ou, caso tal não seja possível, deve ser obtida autorização emitida pelos organismos de tutela da saúde e da gestão dos recursos hídricos (n.º 1 do art.º 31.º do DR n.º 5/97).

. A água da atividade da aquática em questão deverá ser própria ou aceitável, de acordo com o anexo II do DR n.º 5/97.

. A instalação de recirculação e tratamento da água, deverá cumprir com o estipulado no art. 32.º do diploma legal em referência.

. A filtração e renovação da água a utilizar na atividade aquática em questão deverá obedecer o art.º 33.º do DR n.º 5/97.

(...)”

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

“(..."

Sobre o assunto em referência transcreve-se, para conhecimento e devidos efeitos, o parecer técnico no qual exarei despacho de concordância:

“Na sequência do esclarecimento que nos foi enviado pela Câmara Municipal da Marinha Grande, emanado da Divisão de Ordenamento do Território, através do ofício 332/17, de 27/03/2017, e no seguimento do ofício destes serviços com a nossa referência OE_SC_DIED_0032/2017, de 20/03/2017, em que se comunicava o parecer do IPDJ, I.P. Relativamente à análise efetuada aos elementos de projeto recebidos e respeitantes à instalação de um novo equipamento no Recinto de Diversões Aquáticas Mariparque, há a referir o seguinte:

1. Quando estes serviços receberam para análise o projeto supracitado, o qual prevê a instalação de dois escorregas de velocidade que se constitui como um novo equipamento designado de Salto de Anjo ou Kamikaze, a nossa entrada, com referência DIV_SC_DIE_0012/2017, de 20-02-2017, foi dada numa folha de rosto que instruíra o processo, e que era constituída por uma ficha da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa a um Pedido de Licenciamento de Obras de Edificação, com o registo de entrada

298/2017, Processo 63/2017 e datado de 20-02-2017, onde o Requerente: Hotéis Cristal SA solicita, com a identificação do pedido ao Sr. Presidente da Câmara, aprovação para a realização da obra de: Colocar uma torre com 2 Kamikazes, pedindo deferimento e assinando, com data de 17-02-2017;

2. Foi a análise deste processo que deu origem ao nosso ofício, enviado à autarquia no âmbito do RJUE, para conhecimento do parecer do IPDJ, IP e do qual foi também dado conhecimento ao projetista;

3. Relativamente ao teor do ofício emitido e ao facto de ter sido comunicado à câmara municipal, resulta do entendimento destes serviços, enquanto entidade licenciadora do funcionamento do recinto (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de Abril), que existem uma série de questões inerentes ao desenvolvimento e execução da obra e da instalação do equipamento e respetiva estrutura de suporte, bem como dos serviços acessórios previstos (nomeadamente a instalação de um quiosque), que não se enquadram no nosso âmbito de intervenção e que, decorrente do licenciamento da construção, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de Abril, devem ser objeto do parecer da câmara municipal, tal como referido no ofício supracitado (OE_SC_DIED_0032/2017, de 20/03/2017), bem como das restantes entidades envolvidas se for esse o entendimento da autarquia, no âmbito do RJUE;

4. Entretanto foi rececionada nestes serviços (com a entrada interna OR_SC_DIE_0080/2017, de 6 de Abril), a carta de resposta enviada pelo projetista relativamente ao parecer emitido pelo IPDJ (OE_SC_DIED_0032/2017, de 20/03/2017), tendo sido também remetida à autarquia para conhecimento, pelo autor do projeto e que, já em 21/03/2017, nos tinha sido informalmente enviada através de correio eletrónico para conhecimento, na sequência do seu envio à câmara municipal.

Portanto, na sequência da análise das questões abordadas e justificadas, em resposta ao parecer técnico destes serviços constantes do ofício supramencionado, considera-se que no âmbito das atribuições do IPDJ, se encontram esclarecidas as questões antes enunciadas (pontos 2,3,4,5,6,7,8 e 9), não existindo, da parte destes serviços, inconveniente à instalação do equipamento em causa.

Contudo, salienta-se que as questões que se encontram por esclarecer relativamente ao nosso parecer técnico, nomeadamente os pontos 1 e 10, decorrem da intervenção da câmara municipal no âmbito das suas atribuições. Quanto ao ponto 11, tal como o projetista refere, será objeto de verificação quando da vistoria da comissão de vistorias que integra as diferentes entidades, antes do início de época e quando o equipamento se encontrar instalado e em funcionamento.”

(...)”

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/04/27, relativos aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra

de “*Instalação de Equipamento*” designado de “*Salto de Anjo ou Kamikaze*”, a levar a efeito no Recinto de Diversões Aquáticas Mariparque, localizado no lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1977 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5297, com o número de processo 63/17, com data de entrada em 2017/02/20, apresentado por HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS, S.A., com o NIPC 500994814, com sede em Rua de Leiria, 112-114, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao correto acabamento da obra, bem como ao cumprimentos dos condicionalismos referidos nos pareceres emitidos pela ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil, ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. E IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P..

Mais delibera informar a requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de São Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.
3. Nos termos do previsto no art. 12.º do Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de abril, diploma que estabelece o Regime de Instalação e Funcionamento de Recintos com Diversões Aquáticas, após a conclusão da obra, deverá requerer a necessária vistoria ao IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 399/17, DATADO DE 08/03/2017 – PC N.º 82/17, DATADO DE 08/03/2017 –
CONSTANTINO AUGUSTO FERNANDES ORFÃO**

388 - Presente requerimento n.º 399/17, datado de 2017/03/08, constante do processo camarário n.º 82/17, subscrito por CONSTANTINO AUGUSTO FERNANDES ORFÃO, com o NIF 182413268, residente na Rua do Tojal, lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de muro de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua do Tojal, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13315, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 10294.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/04/12 e de 2017/04/18, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um muro de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua do Tojal, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13315, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10294, com o número de processo 82/17, com data de entrada em 2017/03/08, apresentado por CONSTANTINO AUGUSTO FERNANDES ORFÃO, com o NIF 182413268, residente na Rua do Tojal, lugar de Pedra de Cima, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 477/17, DATADO DE 22/03/2017 – PC N.º 458/16, DATADO DE 27/10/2016 – MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA

389 - Presente requerimento n.º 477/17, datado de 2017/03/22, constante do processo camarário n.º 458/16, subscrito por MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA, com o NIF 216347505, residente na rua da Várzea, n.º 12, freguesia e Concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”* existente, localizada num prédio urbano, sito na rua da Várzea, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 14598 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 18068, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2016/12/29.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/04/21, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE o pedido de licenciamento da obra

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

de ***“Alteração e ampliação de moradia unifamiliar”*** existente, localizada num prédio urbano, sito na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 14598 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 18068, com o número de processo 458/16, com data de entrada em 2016/10/27, apresentado por MARIA CRISTINA MOTA FILIPE GÂNDARA, com o NIF 216347505, residente na Rua da Várzea, n.º 12, freguesia e Concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 548/17, DATADO DE 31/03/2017 – PC N.º 117/17, DATADO DE 31/03/2017 – ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE

390 - Presente requerimento registado sob o n.º 548/17, em 2017/03/31, constante do processo camarário n.º 117/17, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração do anexo de apoio e uso complementar da habitação, sita na Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio inscrito na matriz predial sob o artigo urbano n.º 4924 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3610, apresentado por ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE, com o NIP 115405267, com residência na Rua Dr. José Henriques Vareda, Lote 19, 6º B, Leiria.

Presente projeto de arquitetura devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2017/04/27, que atesta estar o projeto de arquitetura apto para ser aprovado.

Após análise da pretensão, bem como do parecer datado de 2017/04/27, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração do anexo de apoio e uso complementar da habitação, sita na Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio inscrito na matriz predial sob o artigo urbano n.º 4924 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Grande sob o n.º 3610, a que se refere o processo camarário registado sob o n.º 117/17, com data de entrada em 2017/03/31, apresentado por ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE, com o NIF 115405267, com residência na Rua Dr. José Henriques Vareda, Lote 19, 6º B, Leiria.

Mais delibera informar a requerente que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 533/17, DATADO DE 29/03/2017 – PC N.º 110/17, DATADO DE 29/03/2017 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA

391 - Presente requerimento n.º 533/17, datado de 2017/03/29, constante do processo camarário n.º 110/17, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência na Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19785 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4744, com a área total de 11.270m2, localizado em Tojeiras, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 10 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/04/27, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, por se verificar o cumprimento dos requisitos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19785 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4744, com a área total de 11.270m2, localizado em Tojeiras, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 110/17, com data de entrada em 2017/03/29, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência na Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, e mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 daquele diploma, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

resultantes do destaque, por um período de 10 ano contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para almoço, que decorreu das 13:20 horas às 14:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

10 - REQ. N. 1847/16, DATADO DE 31/10/2016 – PC N.º 463/16, DATADO DE 31/10/2016 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS

392 - Presente pedido com o registo n.º 1847/16, datado de 31/10/2016 relativo a **ampliação de edifício existente e instalação de unidade industrial**, no prédio sito na Rua do Repouso, n.º 74, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 13125, n.º 13949 e n.º 15606 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5987, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/16, com data de entrada de 31/10/2016, apresentado por **JOSUÉ JERÓNIMO INÊS**, com o NIF 141 612 240, residente na Rua 42, n.º 24, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 18/04/2017, que apresenta um projeto de indeferimento do pedido, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR o requerente, **JOSUÉ JERÓNIMO INÊS**, com o NIF 141 612 240, residente na Rua 42, n.º 24, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que esta refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu pedido com o registo n.º 1847/16, datado de 31/10/2016 relativo a **ampliação de edifício existente e instalação de unidade industrial**, no prédio sito na Rua do Repouso, n.º 74, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º

13125, n.º 13949 e n.º 15606 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5987, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/16, com data de entrada de 31/10/2016, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, designadamente:

- 1.- Alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do PDM, ao propor um afastamento de 13,15 m da construção à extrema sul do prédio, inferior ao mínimo admitido de 15,0 m;
- 2.- N.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, por se verificar que o autor do projeto de arquitetura da ampliação pretendida não apresenta a qualificação de arquiteto;
- 3.- Artigos 139.º, 140.º e 141.º da Portaria n.º 53/71, de 3/02, com a alteração dada pela Portaria n.º 702/80, de 22/09, por não se prever a criação, obrigatória para a atividade industrial, de instalações sanitárias diferenciadas por sexo, balneários, vestiários e refeitório em número e com as áreas estabelecidas neste diploma legal.

Delibera igualmente informar o requerente que deverá esclarecer as discrepâncias detetadas entre a área do prédio constante nas peças desenhadas e a registada na Conservatória do Registo Predial e que a instalação de novas unidades industriais em espaço agro-florestal carece de justificação que permita aferir o seu enquadramento, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 10.º do regulamento do PDM da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 323/17, DATADO DE 23/02/2017 – PC N.º 70/17, DATADO DE 23/02/2017 – JORGE MANUEL DA SILVA MORAIS

393 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 323/17, datado de 28/03/2017, apresentado por JORGE MANUEL DA SILVA MORAIS, com o NIF 195781201, residente em Rue de Charmolle, 20, Avant-les-Marcilly - França, solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Impasse da Rua dos Cordeiros, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 101/1987, titulada pelo alvará de construção n.º 1415/87, emitido em 18/12/1987.

Presente parecer técnico datado de 21/04/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Impasse da Rua dos Cordeiros, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JORGE MANUEL DA SILVA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

MORAIS, com o NIF 195781201, residente em Rue de Charmolle, 20, Avant-les-Marcilly - França, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 681/17, DATADO DE 20/04/2017 – PC N.º 165/16, DATADO DE 04/05/2016 – MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO

394 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 681/17, datado de 20/04/2017, apresentado por **MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO**, com o NIF 122300351, residente em Praceta das Várzeas, n.º 7B, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua das Rosas, n.º 2 e n.º 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização obras de ampliação e alteração, tituladas pelo alvará de legalização de ampliação n.º 23/17, emitido em 17/04/2017.

Presente parecer técnico datado de 27/04/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Rosas, n.º 2 e n.º 4, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO, com o NIF 122300351, residente em Praceta das Várzeas, n.º 7B, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, com a seguinte composição:**

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 723/17, DATADO DE 27/04/2017 – PC N.º 374/11, DATADO DE 03/10/2011 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

395 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 723/17, datado de 27/04/2017, apresentado por **ANIBAL ASCENSO ANDRÉ - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**, com o NIF 743260023, representado por Joaquim Fragoso Ascenso André, com o NIF 180992058, residente em Rua da Cerca, n.º 7, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Cerca, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização obras de alteração e ampliação, tituladas pelo alvará de legalização n.º 27/13, emitido em 26/04/2013.

Presente parecer técnico datado de 27/04/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Cerca, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de ANIBAL ASCENSO ANDRÉ, representado por Joaquim Fragoso Ascenso André, com o NIF 180992058, na qualidade de cabeça de casal da referida herança, residente em Rua da Cerca, n.º 7, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 698/17, DATADO DE 21/04/2017 – PC N.º 204/2017, DATADO DE 21/04/2017
– UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA – RECLAMAÇÃO DE ALBINO JOSÉ DA SILVA MARQUES**

396 - Presente ofício n.º 177, datado de 07/04/2017, da Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande, a informar da existência de uma reclamação apresentada naquela entidade por Albino José da Silva Marques, referente à existência de infiltrações no seu apartamento, correspondente ao terceiro andar direito do prédio sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 24, e a requerer “o apoio das autoridades administrativas”, conforme disposto na alínea b) do n.º 5 do art.º 8.º do D.L. n.º 82/2009, de 02/04, na redação do D.L. n.º 135/2013, de 04/10 (diploma que estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde), e em conformidade com os artigos 12.º e 13.º do RGEU.

Presente informação dos serviços, datado de 27/04/2017, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 27/04/2017, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao terceiro andar direito, bem como às partes comuns do imóvel sito em Rua Dr. Pedro Viana, n.º 24, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Albino José da Silva Marques, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pela proprietária.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 23/05/2017, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

NOTIFICAR o proprietário do imóvel, bem como a empresa incumbida pela administração de condomínio, Harmonia e Funcionalidade – Gestão de Condomínio, com morada em Rua de Peniche, Lote 17, loja B, Urbanização Nova Leiria, 2415-782 Leiria, da realização da vistoria, convocando-as para estarem presentes na mesma.

INFORMAR o proprietário do imóvel, bem como a administração de condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90.º do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 653/17, DATADO DE 18/04/2017 – PC N.º 47/17, DATADO DE 10/02/2017 – PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

397 - Presente requerimento datado de 10-02-2017, com o registo de entrada n.º 228/17, apresentado por PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 3, Lisboa, pelo qual é solicitada a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento da obra de demolição de uma moradia em avançado estado de degradação, sita na Rua Pires de Campos, Freguesia de Vieira de Leiria, Concelho da Marinha Grande, cujo processo administrativo corre os seus termos sob o n.º 47/17. Presente parecer jurídico, datado de 27-04-2017, sobre o assunto.

Após análise da pretensão e considerando o parecer jurídico, datado de 27-04-2017, que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

Notificar o requerente para vir esclarecer quais os fins estatutários que pretende prosseguir com a demolição em causa.

Esta deliberação foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor, 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e 1 abstenção do Sr. Presidente.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei contra porque entendo que qualquer ação que impenda sobre qualquer bem de um partido político, que seja sua efetiva propriedade, só poderá ter por destino a sua própria atividade política, pelo que necessariamente serão prosseguidos os seus fins estatutários.”

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me na deliberação aprovada, concordando com a isenção do pagamento de taxas municipais pela demolição de uma moradia, em avançado estado de degradação, sita na Rua Pires de Campos em Vieira de Leiria, propriedade do Partido Comunista Português, porque:

1 - É do meu conhecimento pessoal que aquela moradia serviu de sede do Partido Comunista Português em Vieira de Leiria, onde regularmente desenvolvia a sua actividade política naquela freguesia desde o início da década de 1980;

2 - Devido ao seu estado de degradação e do perigo para a segurança de pessoas e bens a Câmara Municipal notificou o proprietário do imóvel - o Partido Comunista Português, para a sua demolição;

3 - Seja qual for a solução futura do terreno, após a demolição, os eventuais benefícios serão sempre para a prossecução dos respectivos fins estatutários do seu proprietário - Partido Comunista Português.”

16 - REQ. N. 513/17, DATADO DE 28/03/2017 – PC N.º 150/2017, DATADO DE 28/03/2017 – JORGE DOS SANTOS

398 - Presente participação concretizada pela DJC – Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização n.º 65/2016, datada de 2016/12/14, respeitante à informação de obras realizadas no prédio situado na Rua de Leiria, n.º 135, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, nomeadamente, *“a retirada de terra do logradouro, com consequente destruição do revestimento vegetal e alteração do relevo natural, tendo também procedido à demolição de parte do muro de vedação confinante com espaço público, sem que para o efeito se tivesse sujeitado ao competente procedimento prévio”*, que se refere o n.º 1 e n.º 2 alínea b) do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, pelo proprietário do referido prédio, JORGE DOS SANTOS, com o NIF 186359721, residente no lugar do Grávio – Nabais, Gouveia. Presentes pareceres técnicos datados de 2017/03/17 e de 2017/04/24.

Depois de analisar a participação da DJC – Divisão Jurídica e Comunicação – Fiscalização, com o n.º 65/2016, datada de 2016/12/14, a informar da execução de obras de *“retirada de terra do logradouro, com consequente destruição do revestimento vegetal e alteração do relevo natural, tendo também procedido à demolição de parte do muro de vedação confinante com espaço público, sem que para o efeito se tivesse sujeitado ao competente procedimento prévio”*, que se refere o n.º 1 e n.º 2 alínea b) do artigo 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, realizadas no prédio situado na Rua de Leiria, n.º 135, lugar de Embra, Freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo seu proprietário, JORGE DOS SANTOS, com o NIF 186359721, residente no lugar do Grávio – Nabais, Gouveia, bem como os pareceres técnicos datados de 2017/03/17 e de 2017/04/24, a Câmara Municipal delibera ao abrigo do n.º 1 e n.º 2 alíneas c) e d) do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como os pareceres técnicos datados de 2017/02/09 e 2017/04/20, NOTIFICAR, JORGE DOS SANTOS para no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à realização de trabalhos de correção ou alteração e à legalização da operação urbanística.

Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento elaborado em conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis e instruído nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.

No pedido deverá ser indicado os números dos processos camarários existentes respeitantes às construções licenciadas para o prédio.

Delibera ainda informar que:

1- O prédio em questão, situado na Rua de Leiria, n.º 135, lugar de Embra, Freguesia e concelho de Marinha Grande, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - PDMMG - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de Março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.ª Série-B, de 21 de Abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de Dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.ª Série-B, de 30 de Dezembro de 1998), inserindo-se, de acordo com a Carta de Ordenamento, no Aglomerado Urbano de Marinha Grande, na Restante Área urbana, que, de acordo com o n.º 8 do artigo 5.º do regulamento do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:

Densidade habitacional máxima – 30 f/ha

Índice de construção bruto – 0.6

Cércea máxima – 3 pisos ou 9.5 m de altura

Estacionamento – 1 lugar/fogo para habitação

- 1 lugar/50 m2 de área coberta para comércio e serviços.

2- Por antecedentes foram identificados os seguintes processos camarários, todos em nome de José de Oliveira Lopes:

- Processo camarário n.º 223/1945, aprovado a 27/08/1945, referente à construção de uma casa de habitação com um piso e cerca de 61,75 m2 (9,5 x 6,5) de área bruta de construção;
- Processo camarário n.º 2655/1956, com licença de construção n.º 210/1956, referente à construção de uma casa de arrumação com 18 m3 (6x3);
- Processo camarário n.º 887/1958, com licença de construção n.º 215/1958, referente à construção de um barracão com 60 m2 destinado a arrecadação de lenha;
- Processo camarário n.º 897/1959, com licença de construção n.º 217/1959, referente à construção de um barracão com 72 m2 (12x6) destinado a arrecadação de lenha;

- Processo camarário n.º 1436/1962, com licença de construção n.º 470/1962, referente à obra de alteração de um barracão;
- Processo camarário n.º 2038/1965, com licença de construção n.º 151/1966, referente à construção de um telheiro com 64 m²;
- Processo camarário n.º 2475/1966, com licença de construção n.º 703/1966, referente à colocação de telhado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 336/17, DATADO DE 27/02/2017 – PC N.º 106/2017, DATADO DE 27/02/2017 – MARIA OLÍMPIA MENDES COSTA

399 - Presente participação da DJC – Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização n.º 3/2017, datada de 2017/01/16, a informar que MARIA OLÍMPIA MENDES COSTA, com o NIF 104912430, residente e proprietária do prédio sito na Rua do Covão, n.º 10, lugar, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, procedeu, “*na parte posterior da moradia e contígua a esta existe uma edificação de rés do chão e 1.º andar, sendo que, de acordo com declarações efetuadas pela Sra. Maria Olímpia Mendes Costa, a mesma foi executada pelo seu falecido marido há alguns anos, cerca de 20 anos. Nesta edificação ao nível do 1.º andar com área aproximada de 35 m quadrados, e conforme declaração efetuada pela Sra Carla Sofia Costa Gomes, herdeira e filha da Sr.a Maria Olímpia Mendes Costa e do Sr Rui Manuel Gomes Marques, foi recentemente realizado alguns trabalhos, tais como, substituição da telha, as paredes da edificação foram alteadas entre 0,60 metros e 0,80 metros, foi efetuado o reboco exterior das paredes e colocadas caleiras, estas obras foram executadas*” sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/02/09 e 2017/04/20.

Depois de analisar a participação da DJC – Divisão Jurídica e Comunicação - Fiscalização com o n.º 3/2017, datada de 2017/01/16, a informar que MARIA OLÍMPIA MENDES COSTA, com o NIF 104912430, residente e proprietária do prédio sito na Rua do Covão, n.º 10, lugar, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, procedeu, “*na parte posterior da moradia e contígua a esta à construção de uma edificação de rés do chão e 1.º andar, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio*”, a Câmara Municipal delibera ao abrigo do n.º 2 alínea d) do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como os pareceres técnicos datados de 2017/02/09 e 2017/04/20, NOTIFICAR, MARIA OLÍMPIA MENDES COSTA, para no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento elaborado em conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis e instruído nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril.

No pedido deverá ser indicado os números dos processos camarários existentes respeitantes às construções licenciadas para o prédio.

Delibera ainda informar que:

1- O prédio em questão, situado Rua do Covão, n.º 10, lugar, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (Plano Diretor Municipal da Marinha Grande - PDMMG - ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/95, de 9 de Março, publicada no Diário da República, n.º 94 – 1.ª Série-B, de 21 de Abril de 1995, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, de 10 de Dezembro, publicada no Diário da República, n.º 300 – 1.ª Série-B, de 30 de Dezembro de 1998), inserindo-se, de acordo com a Carta de Ordenamento, no Aglomerado Urbano de Vieira de Leiria, na Área Envolvente, que, de acordo com o n.º 9 do artigo 5.º do regulamento do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:

Densidade habitacional máxima – 25 f/ha

Índice de construção bruto – 0.5

Cércea máxima – 2 pisos ou 6.5 m de altura

Estacionamento – 1 lugar/fogo

- 1 lugar/100 m2 de área coberta para comércio e serviços.

2- Por antecedentes foram identificados os seguintes processos camarários, em nome de Rui Manuel Gomes Marques:

- Processo camarário n.º 581/1971, com licença de construção n.º 329/1975, referente à construção de uma moradia T3 com um piso e cerca de barracão com 24 m2 (8mx3m);

- Processo camarário n.º 128/1975, com licença de construção n.º 466/1976, referente à construção de moradia com T3, com um piso (rés-do chão, com cerca de 90,30 m2 de área bruta de construção;

- Processo camarário n.º 1469/1987, com licença de construção n.º 85/1988, referente à construção de um telheiro com 40 m2;

3- Foram ainda identificados os seguintes processos camarários:

- Processo n.º 739/96 – Beneficiação de muro;

- Processo n.º 786/02 – beneficiação de um telheiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE CARGAS E DESCARGAS JUNTO À ENTRADA DO EDIFÍCIO NOBRE NO PARQUE DA MOBIL E NA RUA DAS PORTAS VERDES- ENTRADA N.º 1/99/2017

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

400 - Presente, comunicação do Gabinete do Presidente a solicitar aos serviços da DISU (Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos) a pintura no pavimento e colocação de sinalização vertical de CARGAS E DESCARGAS no Parque da Mobil, junto à entrada do Edifício Nobre e na Rua das Portas Verdes também na entrada do mesmo edifício.

Considerando que:

- Na proximidade do Edifício Nobre não existe sinalização para cargas e descargas;
- Os serviços técnicos da DOT (Divisão de Ordenamento do Território) analisaram a questão e propõem a colocação de dois sinais de informação – H1a e dois painéis adicionais modelo 10 b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, nos lugares de estacionamento próximos das entradas do Edifício Nobre, na Rua das Portas Verdes e no Largo 26 de Março (Parque da Mobil) e respetiva pintura na demarcação dos lugares de estacionamento.

A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar dois sinais de informação – H1a e dois painéis adicionais modelo 10 b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, nos lugares de estacionamento próximos das entradas do Edifício Nobre, na Rua das Portas Verdes e no Largo 26 de Março (colocação de um sinal de cada um dos lados, um sinal na Rua das Portas Verdes e um sinal no Parque da Mobil) e respetiva pintura na demarcação dos lugares de estacionamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 586/17, DATADO DE 05/04/2017 – PC N.º 399/16, DATADO DE 23/09/2016 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.

Presente a seguinte proposta de deliberação:

“Presente pedido, datado de 05-04-2017, com o registo de entrada n.º 586/17, apresentado pela sociedade **SAICA PACK PORTUGAL, S.A.** titular do processo de licenciamento n.º 399/16, referente à sujeição da operação urbanística (ampliação de edifício destinado a indústria), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, que se dá por reproduzido.

Presente parecer jurídico, datado de 27-04-2017, acerca de questões suscitadas pelos membros do Executivo Municipal, respeitantes a uma cláusula constante do Programa já mencionado.

Considerando que:

- Saica Pack Portugal, S.A. apresentou um pedido em 05-04-2017, com o registo de entrada n.º 586/17, a solicitar a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ampliação de um edifício destinado a indústria, sito na Estrada do Pêro Neto, Cova das Raposas, Lugar do Pêro Neto, Freguesia e Concelho da Marinha Grande;
- Considerando que o referido pedido esteve presente em reunião camarária, de 06-04-2017, não tendo, contudo, sido tomada qualquer deliberação sobre o assunto;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- Aquando da análise do referido pedido e do Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no concelho da Marinha Grande, foi detetado que uma cláusula constante do referido Programa dispõe que “[o]s apoios a conceder serão exclusivamente para entidades que desenvolvem a sua atividade económica no concelho com sede fiscal no concelho da Marinha Grande e que se revistam de especial interesse social e económico”.
- Esta cláusula deu lugar a interpretações diversas, por parte dos membros do Executivo Municipal;
- Nessa sequência foi emitido parecer jurídico sobre o assunto, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa;

A Câmara Municipal delibera:_____”

Sobre a mencionada proposta de deliberação registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que se vai deliberar perante uma situação concreta, a situação da SAICA.

É sempre entendimento que se devem votar estas situações em função dos superiores interesses da Câmara e do superior interesse que este órgão tem na criação de emprego no concelho da Marinha Grande. Assim não se irá tomar uma deliberação individualizada, será em função destes dois instrumentos reguladores, programa de apoio e RMEU, que se irá decidir.

Não tem formação jurídica, mas apesar disso tem a sua opinião jurídica, que não é coincidente com a opinião da técnica. Em duas situações, enquanto funcionário e depois enquanto Vereador, esteve contra os pareceres dos técnicos, e mais tarde veio-se a constatar que a sua opinião era a defendida pelo Supremo Tribunal Administrativo. Isto significa que a opinião jurídica dos técnicos não é a única.

A SAICA pede a isenção de taxas. O RMEU permite-lhe a isenção, o Programa de Apoio não reconhece a isenção para empresas com domicílio fiscal fora do concelho. Tal como na hierarquia das leis, também no clausulado das normas de uma Câmara Municipal há hierarquia. E a hierarquia autárquica define que um regulamento é superior a um programa, tanto mais que a aprovação de um regulamento tem regras diferentes da aprovação de um programa. Hierarquicamente é superior a um programa. A técnica diz que a Câmara não pode optar por um ou por outro. Não é assim. As normas são gerais e abstratas. Perante um caso de dúvida, de isentar ou não a SAICA, entre os dois conjuntos de normas deve-se aplicar o de maior preponderância jurídica, que é o RMEU. O órgão que emanou as duas normas foi a Câmara Municipal. Elas até poderão estar em contradição uma com a outra, e então prevalece a norma hierárquica superior, e o regulamento é superior ao programa. Entende que é de deferir o pedido de isenção da SAICA, ao abrigo do disposto no RMEU, porque é a norma hierarquicamente superior e é aquela que vai dirimir o conflito em questão.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que este é mais um caso em que se está a prestar um mau serviço ao concelho, porque na altura já se tinha forma de aprovar. Acha que a argumentação do Sr. Vereador Vítor Pereira nem era necessária. Uma empresa que apresente um pedido de isenção, e sobre a qual não incide o programa, como é que é tratada? Não pode ser tratada com base no programa. Nem há aqui necessidade de apelar à hierarquia. Uma empresa com sede na Marinha Grande tem que invocar outro diploma, e é o artigo 119.º, n.º 1 e n.º 3, alínea f) do RMEU (leu o artigo e fez a sua interpretação).

Não lhe parece que haja necessidade de invocar a sobreposição de normas, porque não há, e porque a uma empresa que não tenha sede no concelho não se pode aplicar o programa, aplica-se o RMEU. Parece-lhe que não há dúvida nenhuma, o pedido já devia ter sido aprovado porque é clara a aplicação do RMEU.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que as duas intervenções entroncam naquilo que é o mais lógico. Para a SAICA nem se devia estar a falar do programa de apoio. A empresa fez um pedido. O incentivo, ao abrigo do PAEE, não pode ser aprovado. Mas a isenção, ao abrigo do RMEU, pode ser aprovada. Então, se todos concordam com esta interpretação, deve-se deliberar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que há exemplos da aplicação do que defendeu, porque ao longo do mandato ouviu o Sr. Presidente utilizar este argumento para com as empresas hoteleiras, que não podiam ser apoiadas pelo então PAI, mas sim pelo RMEU.

O **Sr. Presidente** corrigiu a interpretação feita pelo Sr. Vereador Carlos Logrado sobre a sua posição, porque a questão era ser uma atividade sazonal e era difícil a criação de postos de trabalho.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que aquilo que estava regulamentado era a indústria, no que não estava ia-se ao RMEU, como era a hotelaria e o comércio. Agora está regulamentado neste novo programa.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que o elemento distintivo não é só a atividade, como estão a dizer. Há outros elementos, nomeadamente os postos de trabalho e a sede social.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que já há exemplos na Câmara de isenção ao abrigo do RMEU (caso do processo da Bonavita).

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que concorda com o que foi dito, porque uma empresa que não se enquadre no PAEE tem que ter outro normativo.

O **Sr. Presidente** disse que propôs a retirada da cláusula relativa à sede da atividade social, para que a Câmara se auto balizasse na aprovação destes incentivos. É esta a sua interpretação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que o Sr. Presidente está a considerar que o PAEE é superior ao RMEU, quando este é um regulamento. Como que está a “revogar” o RMEU.

O Sr. Presidente pediu então aos Srs. Vereadores que redigissem a deliberação, que foi posta a votação nos seguintes termos:

401 - Presente pedido, datado de 05-04-2017, com o registo de entrada n.º 586/17, apresentado pela sociedade **SAICA PACK PORTUGAL, S.A.** titular do processo de

licenciamento nº 399/16, referente à sujeição da operação urbanística (ampliação de edifício destinado a indústria), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, que se dá por reproduzido.

Presente parecer jurídico, datado de 27-04-2017, que propõe o indeferimento da pretensão da requerente.

Considerando que:

- Saica Pack Portugal, S.A. apresentou um pedido em 05-04-2017, com o registo de entrada n.º 586/17, a solicitar a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ampliação de um edifício destinado a indústria, sito na Estrada do Pêro Neto, Cova das Raposas, Lugar do Pêro Neto, Freguesia e Concelho da Marinha Grande;
- Considerando que o referido pedido esteve presente em reunião camarária, de 06-04-2017, não tendo, contudo, sido tomada qualquer deliberação sobre o assunto;

Tendo em consideração as diversas intervenções produzidas pelos Srs. Vereadores, a Câmara Municipal da Marinha Grande delibera isentar a requerente das taxas devidas pelo licenciamento da ampliação de um edifício destinado a indústria, sito na Estrada do Pêro Neto, Cova das Raposas, lugar do Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos da alínea b) do n.º 1 e alínea f) do n.º 3 do artigo 119.º do RMEU – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, subordinada à condição da criação dos 16 postos de trabalho nas condições do proposto pela requerente, elaborando-se o respetivo contrato, que se dá aqui por aprovado.

Esta deliberação foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra, da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira e do Sr. Presidente.

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

“Congratulo-me com este apoio inequívoco aos investimentos em prol do desenvolvimento do concelho.

Lamento apenas que tenhamos feito esperar a empresa 15 dias mais do que teríamos feito se aprovássemos esta isenção a primeira vez que a proposta de deliberação veio a reunião camarária.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Atento a que estamos perante um pedido de isenção de taxas a que se refere a alínea f) do n.º 3 do artigo 119º do RMEU e esta foi regulamentada pelo Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.

Na reunião de Câmara do passado dia 20-04-2017, apresentei uma proposta no sentido de alterar a cláusula do referido Programa, de modo a não estabelecer qualquer diferenciação entre empresas com domicílio fiscal no concelho e fora dele.

Essa proposta não obteve aprovação, pelo que se perdeu a oportunidade de regularizar uma situação que consubstancia uma violação do princípio da igualdade.

A manutenção daquela cláusula, nos termos em que foi aprovada, impede que empresas, com domicílio fiscal noutro concelho ou noutro país, usufruam de benefícios que se destinam a melhorar a economia do concelho e o bem-estar da população, através da criação de emprego.

A deliberação, agora aprovada, é ilegal, pois isenta a empresa do pagamento das taxas municipais, quando esta não preenche as condições do referido Programa (ter o seu domicílio fiscal no concelho da Marinha Grande).

Embora não concorde com o teor daquela cláusula, na parte que exclui as empresas com domicílio fiscal fora do concelho, entendo que as referidas condições devem ser respeitadas, pois foram aprovadas pela Assembleia Municipal.

A isenção que se aprova, através da presente deliberação, não tem sustentação no Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, pelo que é ilegal e dá lugar à responsabilidade financeira reintegratória.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Presidente.

Depois de votar este ponto, o **Sr. Vereador Vítor Pereira** ausentou-se da reunião, tal como tinha informado no início da reunião.

20 - REQ. N. 659/17, DATADO DE 18/04/2017 – PC N.º 185/16, DATADO DE 19/05/2016 – MOLDETEFA – INDÚSTRIA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA

402 - Presente pedido com registo de entrada n.º 619/17, datado de 10-04-2017, apresentado pela sociedade MOLDETEFA – INDÚSTRIA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA, titular do processo de licenciamento n.º 185/16, referente à sujeição da operação urbanística (construção de pavilhão industrial), ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, que se dá por reproduzido. Presente requerimento com registo de entrada n.º 659/17, datado de 18-04-2017, a solicitar a junção ao processo da declaração do Instituto da Segurança Social, IP, datada de 18-04-2017, a comprovar o número de trabalhadores ao serviço da requerente.

Presente minuta do contrato de apoio ao emprego e empreendedorismo, a celebrar entre a interessada e o Município da Marinha Grande.

A afirmação da Marinha Grande como um concelho economicamente desenvolvido, que constitui uma referência nacional e internacional, impõe que o Município da Marinha Grande acompanhe esse impulso e contribua, de forma efetiva, para que a atividade económica beneficie das melhores condições para investir e se desenvolver.

O momento atual, de relançamento da economia, impõe que o Município adote políticas de apoio ao investimento, que favoreçam a sua concretização rápida e sustentada em parâmetros de natureza social, designadamente a criação de postos de trabalho.

O Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

A redução ou isenção de taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas, dirige-se aos investimentos de reconhecido interesse social e económico municipal e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou redução das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas destinadas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

Adequa-se, claramente, aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento económico, assim como a instalação de novas unidades industriais.

No caso em apreço a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 3 postos de trabalho, na unidade industrial objeto de licenciamento. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do mencionado programa. Nestes termos, o pedido está enquadrado no patamar que confere a redução em 50% das taxas urbanísticas, identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no concelho da Marinha Grande e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística (licenciamento de um edifício destinado a indústria, sito na Estrada do Guilherme, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião camarária de 07-07-2016, a que se reporta o processo administrativo n.º 185/16), em nome de Moldetefa – Indústria de Moldes para Plásticos, Lda, com o NIPC 503835820, com sede na Rua 1.º de dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande), no âmbito do citado Programa de Apoio ao Emprego e Empreendimento e, consequentemente, conceder-lhe a redução das taxas em 50%, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

MINUTA DE CONTRATO DE APOIO

I. Considerandos

Considerando que a afirmação da Marinha Grande como um concelho economicamente desenvolvido, que constitui uma referência nacional e internacional, impõe que o Município acompanhe esse impulso e contribua de forma efetiva para que a atividade económica beneficie das melhores condições para investir e se desenvolver;

Considerando que o Município deve afirmar-se como um parceiro ativo na criação de condições para a realização de investimentos privados, com repercussão direta no desenvolvimento económico e social do concelho;

Considerando que o Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande visa incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e simultaneamente a criarem emprego;

Considerando que num período em que é expectável um acréscimo de procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas, cumulado com a realização de novos investimentos produtivos, esta autarquia não pode deixar de se associar, no quadro das suas atribuições, ao esforço privado que a todos beneficia;

II. Outorgantes

Entre

Primeiro Outorgante:-----, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do **MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**, NIPC 505 776 758, com sede na Praça Guilherme Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande,

e

Segundo Outorgante:....., na qualidade de, e em representação **MOLDETEFA – INDUSTRIA DE MOLDES PARA PLÁSTICOS, LDA**, com o NIPC 503835820, com sede na Rua 1.ª de Dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, adiante referenciada como investidor.

É celebrado o presente contrato, nos seguintes termos:

III. Cláusulas

Cláusula 1.ª – Objeto

O presente contrato tem por objeto a contratualização de benefícios em contrapartida da realização de investimentos industriais e subsequente criação de postos de trabalho.

Cláusula 2.ª – Âmbito

O presente contrato concretiza o Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande e é celebrado no âmbito do processo de licenciamento n.º 185/16.

Cláusula 3.ª – Obrigações do investidor

1. O investidor obriga-se a:
 - a) Criar **3** postos de trabalho nas instalações objeto do processo de licenciamento;
 - b) Prestar toda a informação que lhe seja requerida, pelo Município da Marinha Grande, no âmbito da fiscalização do presente contrato;
 - c) Apresentar, no prazo de um mês, a contar da data de início efetivo da laboração da unidade industrial, declaração emitida pelos serviços de segurança social que ateste o cumprimento da alínea a);
2. Para os efeitos da alínea c) presume-se o início de laboração no prazo de 45 dias seguidos a contar da data de emissão do alvará de autorização de utilização.
3. Atualmente o investidor dispõe, no total, de 21 postos de trabalho na unidade industrial objeto de ampliação.

Cláusula 4.ª – Benefício

- 1.O investidor beneficia da isenção das taxas devidas pela realização da operação urbanística no valor de 7.855,07 (sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e sete cêntimos) em conformidade com o cálculo que constitui o anexo I e se dá por integralmente reproduzido.
- 2.O benefício é concedido ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 3, do artigo 119.º, do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.

Cláusula 5.ª - Outros benefícios

- 1.O investidor goza, se necessário, de isenção da taxa devida por ocupação de espaço público, durante o período estritamente necessário à execução da operação urbanística.
- 2.O investidor não suporta os encargos relativos à execução dos ramais domiciliários de água e de águas residuais, se estes se revelarem necessários no presente âmbito.

Cláusula 6.ª – Condição

- 1.As medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo, objeto do presente contrato, estão sujeitas à condição de manutenção dos postos de trabalho contratualizados pelo período de um ano.
- 2.O prazo de um ano inicia-se na data de início efetivo de laboração da unidade industrial e, na falta daquela, no termo do prazo a que se refere o n.º 2, da cláusula 3.ª.

Cláusula 7.ª - Fiscalização

O cumprimento do presente contrato pode ser fiscalizado pelo Município da Marinha Grande, com vista à verificação do respeito de todas as obrigações assumidas pelo investidor.

Cláusula 8.ª – Incumprimento

- 1.A não comprovação ou a redução do número de postos de trabalho contratualizados implica o pagamento do montante correspondente à isenção concedida, acrescido de juros de mora à taxa legal.
- 2.O incumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelo investidor, no âmbito do presente contrato, implica o pagamento do montante correspondente à isenção concedida, acrescido de juros de mora à taxa legal.
- 3.A verificação do disposto nos números anteriores impede as empresas incumpridoras de beneficiarem de quaisquer medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo pelo prazo de dois anos.
- 4.O investidor reconhece, em caso de incumprimento das obrigações assumidas no presente contrato e para os devidos efeitos legais, o crédito do Município da Marinha Grande, no montante indicado na cláusula quarta.

Cláusula 9.ª - Vigência

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua celebração.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

21 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

403 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela de Picassinos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da festa anual em Honra do Padroeiro da Igreja de Picassinos – St.º António a realizar entre os dias 09 a 11 de junho;
- Licença de Publicidade;
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

O Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- Licença especial de ruído para a realização do Baile do 66º Aniversário a realizar no dia 06 de maio de 2017.

Presentes as informações nº 23/LS e 24/LS de 26 de abril de 2017, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas isentar a Fábrica da Igreja Matriz da Marinha Grande – Capela de Picassinos e o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído, e pela emissão da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, pela emissão de licença de Publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MÁRIO NUNO RODRIGUES FRANCISCO - DEFERIMENTO.

404 - Presente Informação Jurídica nº 1137/2017, de 19.04.2017, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc. nº 11);

Presentes Declaração emitida em 18.04.2017, pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda bem como Declaração emitida em 17.04.2017, pelo Sr. Pedro Nuno Braga Rodrigues Francisco (Doc. nº 10)

Presente ofício nº S/1388/2017, de 12.04.2017 a solicitar documentos instrutórios ao requerente (Doc. nº 9)

Presente Auto de Inquirição de testemunha, de 12.04.2017 (Doc. nº 8)

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Presente e-mail – registo de entrada n.º 3742/2017, de 10.04.2017 – enviado pelo requerente a esta Câmara Municipal, anexando documentos instrutórios que haviam sido solicitados (Doc. n.º 7)

Presente ofício n.º S/1340/2017, enviado ao requerente, solicitando cópia integral do Documento Único Automóvel do veículo sinistrado (Doc. n.º 6)

Presente e-mail – registo de entrada n.º 3741/2017-, enviado ao requerente, através do qual é enviado cópia parcial do Documento Único Automóvel do veículo sinistrado (Doc. n.º 5)

Presente ofício n.º S/1328/2017, através do qual é designada data para inquirição de testemunha arrolada pelo requerente (Doc.º n.º 4)

Presente e-mail enviado pelo requerente – E/3341/2017 -, solicitando informação quanto ao andamento do processo administrativo (Doc. n.º 3)

Presente e-mail, enviado pelo requerente – E/8732/2016 -, através do qual o requerente envia quer a fatura-recibo n.º 2016A/1861, digitalizada, emitida em 24.10.2016 pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda., no valor total de 136,00 € (cento e trinta e seis euros), correspondente à aquisição de um pneu, à taxa Eco Turismo e ao serviço de calibragem quer foto do dano ocorrido num dos pneus do veículo automóvel. (Doc. n.º 2);

Presente Informação da DISU - Área de conservação e renovação das infraestruturas viárias, a qual confirma a existência de um buraco, não sinalizado, na Rua Vieira de Leiria, cujo pavimento é composto por calçada grossa em granito, e cuja gestão compete a esta Câmara Municipal (Doc. n.º 1)

Presente requerimento n.º E/8693/2016, enviado, via e-mail, pelo requerente Mário Nuno Rodrigues Francisco, no qual refere que em 22 de outubro de 2016, pelas 14h05m, quando circulava com o veículo automóvel de passageiros da marca Alfa Romeo, com a matrícula 15-LP-04, pela Rua Vieira de Leiria, frente à entrada para a Gallo Vidro “(...) para entrar na Rua Ricardo dos Santos Gallo Júnior, bati com a roda da frente no buraco que ali existe. Como resultado o pneu ficou trilhado e terá que ser substituído, o que farei na próxima segunda-feira.

No local não existe qualquer sinalização e, depois de ter “caído” no buraco e parado para proceder à substituição da jante e pneu, é possível ver que os paralelos estão “arrumados” junto ao poste de electricidade que ali existe.

Na segunda-feira remeterei a V.Exa. o custo da substituição do pneu que ficou inutilizado, existindo responsabilidade civil da autarquia, que desde já invoco. (...)” (Doc. n.º 1).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1137/2017, de 19.04.2017, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o requerente Mário Nuno Rodrigues Francisco, portador do NIF 190 686 065, com residência profissional na Av.ª da Liberdade, n.º 155, 5.º A e B, freguesia da Marinha Grande, no montante de 136,00 € (cento e trinta e seis euros), com IVA incluído, na medida em que se encontram reunidos

os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à exibição, nesta Câmara Municipal, do original da fatura-recibo n.º 2016A/1861, emitida pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda., em nome do requerente Mário Nuno Rodrigues Francisco, bem como à exibição do original da declaração emitida, em 18.04.2017, pela referida Sociedade, na qual é identificado o veículo automóvel ao qual se refere a fatura-recibo n.º 2016A/1861.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA - CONCURSO PÚBLICO Nº. 05/2011. NÃO EXTINÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO.

405 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 5, do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, é condição de liberação da caução a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro, salvo se o dono da obra considerar que os defeitos denunciados, ainda não modificados ou corrigidos, são pouco relevantes e não justificam a não liberação da caução.

Presente Auto de Não Extinção Parcial de Caução da obra “Requalificação do Património Stephens – Fase 1, serviços educativos, galeria municipal e cafetaria”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 23 de novembro de 2011, à empresa “Habitâmega Construções, SA”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não reúne as condições para Extinção Parcial de Caução, delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto n.º 5, do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS FASE 2 – JARDIM CENTRAL - CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/12. NÃO EXTINÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO.

406 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 5, do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, é condição de liberação da caução a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro, salvo se o dono da obra considerar que os defeitos denunciados, ainda não modificados ou corrigidos, são pouco relevantes e não justificam a não liberação da caução.

Presente Auto de Não Extinção Parcial de Caução da obra “Requalificação do Património Stephens Fase 2 – Jardim Central”, adjudicada por despacho de, de 21 de maio de 2012, à empresa “Habitãmega Construções, SA”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não reúne as condições para Extinção Parcial de Caução, delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto n.º 5, do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE DIVERSOS PAVIMENTOS NAS TRUTAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 19/2016. ADJUDICAÇÃO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

407 - Presente Despacho n.º 154/2017, de 26 de Abril, através do qual foi adjudicada a empreitada identificada em epígrafe.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o Despacho n.º 154/2017, de 26 de Abril, que se dá por integralmente reproduzido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A “REQUALIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA GUILHERME STEPHENS” - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO

408 - No âmbito dos Avisos de Concurso n.ºs CENTRO 42-2016-01, 73-2016-01 e 14-2016-01 (Saúde, Educação e Património Cultural respetivamente), foram apresentadas ao Centro 2020 candidaturas pelos municípios, devidamente enquadradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, enquanto entidades beneficiárias, com vista à

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

obtenção de financiamento comunitário para intervenção em edifícios dos quais não são proprietários, fazendo-o ao abrigo de protocolos/acordos de colaboração.

Atenta a necessidade de salvaguarda do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua redação atual, nomeadamente, o seu art.º 10.º (durabilidade da operação), conjugado com o art.º 13.º (elegibilidade dos beneficiários), foi remetido pedido de parecer pelo Programa Operacional-Centro 2020 à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, tendo sido remetido entendimento que “(...) *sejam vertidas nos protocolos (ou em adendas) as obrigações dos beneficiários, decorrentes do apoio dos fundos(...)*”.

Nestas circunstâncias, foi aprovado em reunião ordinária da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do Centro 2020, de 22 de fevereiro de 2017, proposta a determinar que os outorgantes que celebrem o Termo de Aceitação com o Programa Operacional Regional, devem proceder à alteração/adenda aos protocolos/acordos de colaboração nos termos referidos no parágrafo anterior.

Considerando que por deliberação camarária de 20 de outubro de 2016 foi aprovada a minuta do Acordo de Colaboração que tinha por objetivo a “*Requalificação das Instalações da Escola Básica Guilherme Stephens*”, para posterior submissão de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro no âmbito da Prioridade de Investimento – Desenvolvimento das Infraestruturas Educativas e Formativas.

Considerando que a assinatura do Acordo de Colaboração no ano de 2016 e que a notificação do Centro 2020, que dá a conhecer do teor da deliberação tem data posterior, importa proceder à modificação do Acordo de Colaboração para a “*Requalificação das Instalações da Escola Básica Guilherme Stephens*”, para cumprimento das novas orientações.

Considerando que, de acordo com a alínea r), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal tem a competência para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da Administração Central.

A Câmara Municipal, face ao exposto, delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, da alínea r), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a proposta de modificação do Acordo de Colaboração para a “*Requalificação das Instalações da Escola Básica Guilherme Stephens*”, que se dá por integralmente reproduzido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

409 - Presente a informação interna I/1063/2017 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novos artigos de artesanato em vidro, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Bases para copos (Transforme)	2,60 €	4,88 €	1,12 €	6,00 €
Tabuleiro pequeno (Transforme)	9,00 €	13,82 €	3,18 €	17,00 €
Anjos (Transforme)	8,50 €	13,00 €	3,00 €	16,00 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULO DE MAIO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

410 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e

enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes de ingresso, e atendendo que o espetáculo referido no quadro seguinte se encontra em fase de adjudicação, fazendo parte da proposta de programação para o 1.º semestre de 2017 - 1/2/2017 de 10.01.17, que teve despacho favorável da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datado de 18 de janeiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação do preço para o bilhete de ingresso no espetáculo de 24 de maio de 2017 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

MAIO				
24 – 21h30	TEATRO	“Olívia & Eugénio Uma Lição de Amor”	5,500,00+IVA	12,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada no espetáculo de 24 de maio de 2017 na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE JULHO DE 2017

411 - Presente informação n.º 1187/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD- datada de 26 de abril, referente à atualização anual das rendas de habitação social, localizadas na Rua António Lopes, Rua Professor Melo Vieira, Rua Adriano Marques Nobre, Avenida da Liberdade, Bairro de Casal de Anja e Praceta da Liberdade.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo, conforme determina o n.º 3 do artigo 1 da referida Lei;

Considerando ainda que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º desta Lei, a renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada;

Considerando que no seu artigo 23º estabelece a forma de atualização e revisão da renda;

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, a atualização bianual das rendas dos bairros sociais;

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Lei nº32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

Avenida da Liberdade – Bloco L

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Maria Helena Marques Cantante	4.º Fte Esq.º	31/12/1996	23,40€	25,52€

Rua Professor Melo Vieira – Bloco 5

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Maria Ismênia M. Costa Pereira	2.º Esq.º	03/04/2000	38,88€	36,07€

Rua da Charnequinha – Bloco 46

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Maria de Lurdes Rodrigues	1.º Dto	04/11/1997	42,74€	8,39€

Bairro de Casal de Anja

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Manuel Peres Carnide	13	15/04/1999	64,92€	109,42€

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Ema Maria Triães	70	20/06/2005	5,13€	11,00€
José de Sousa Santos	59	21/06/2013	89,70€	89,02€
José Manuel G. Parracho	6	01/03/2006	10,97€	15,57€

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
Raúl Fernandes	81	21/06/2013	75,35€	74,07€

Bairro do Camarnal (Velho)

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/17
M.ª Alice Silva Pereira	27	31/05/2005	10,30€	9,68€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor no 1.º dia útil de julho de 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO SITA NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 RÉS-DO- CHÃO ESQUERDO, CASAL DE MALTA, A FAVOR DE PAULO RENATO DA SILVA DUARTE, POR MORTE DA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO – IRIA DOS ANJOS DA SILVA MARQUES DUARTE.

412 - Presente requerimento de Paulo Renato da Silva Duarte, com o registo de entrada n.º E/4157/2017, datado de 19 de abril, a solicitar a mudança de titularidade da habitação, por morte do titular do contrato de arrendamento, Iria dos Anjos da Silva Marques Duarte.

Presente informação n.º 1198 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 27 de abril de 2017, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para a pessoa que residia em economia comum com a titular do contrato de arrendamento, neste caso, o seu filho.

Considerando que a titular do contrato de arrendamento faleceu no passado dia 10 de abril do corrente ano, conforme documento comprovativo, em anexo;

Considerando que nos termos do n.º 3 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, a comunicação deve ser efetuada pelo interessado aos serviços municipais até 90 dias sobre a data do óbito;

Considerando que Iria dos Anjos da Silva Marques Duarte faleceu, conforme referido anteriormente, a 10 de abril do corrente ano, tendo o óbito sido comunicado presencialmente e com a apresentação dos referidos documentos comprovativos, a 19 de abril de 2017;

Considerando que nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ **O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva pessoa que com ele residisse em economia comum e há mais de um ano**”.

Considerando a alínea b) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor que determina que: “ ***A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para pessoa que com ele residisse em economia comum há mais de um ano...***”

Considerando o conceito de agregado familiar fornecido pela Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual;

Considerando que o referido conceito considera incluídos no agregado familiar, as pessoas que vivam em economia comum e que em relação ao titular do contrato de arrendamento tenham, por exemplo, uma relação de parentesco em linha colateral até ao 3.º grau (alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, a transmissão por morte no arrendamento para habitação não caduca por morte do primitivo arrendatário quando lhe sobreviva filho ou enteado, que com ele convivesse há mais de um ano, com deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%;

Considerando que Paulo Renato da Silva Duarte, devido ao seu problema de saúde devidamente diagnosticado e comprovado através de relatório médico e atestado multiusos que se anexam, tem 68% de incapacidade e desde sempre residiu em comunhão de mesa e habitação com os seus falecidos progenitores.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea e) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação atual e ainda com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil concordar com a transmissão do direito de arrendamento para o nome de Paulo Renato da Silva Duarte.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Paulo Renato da Silva Duarte, contribuinte fiscal número 195781104.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 3, 1ªC, CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É RICARDO MIGUEL SANTOS CASACA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR

413 - Presente informação n.º 1200 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 27 de abril de 2017, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pelo arrendatário mencionado em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, alterada e republicada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração nos rendimentos do agregado familiar;

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha do inquilino e que têm por base os documentos facultados pelo próprio.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, proceder à revisão da renda do inquilino Ricardo Miguel Santos Casaca, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Júlio Braga Barros:

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2016	RENTA 2017
3	Ricardo Miguel S. Casaca	1º C	01/01/1999	19,99€	4,51€

Mais delibera, que a referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 1, 2º DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSALINA CARVALHO FREITAS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DOS SEUS RENDIMENTOS

414 - Presente informação n.º 1202 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 27 de abril de 2017, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, alterada e republicada pela Lei nº 32/2016 de 24 de agosto são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração, quer na composição do agregado familiar, quer nos seus rendimentos;

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, proceder à revisão da renda da inquilina Rosalina Carvalho Freitas, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2016	RENDA 2017
1	Rosalina Carvalho Freitas	2º Dto.	01/06/1976	75,77€	29,03€

Mais delibera, que a referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, REFERENTE À FRAÇÃO SITA NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DOS SEUS RENDIMENTOS

415 - Presente informação n.º 1203 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 27 de abril de 2017, referente ao pedido de revisão do valor da renda efetuado pela arrendatária mencionada em epígrafe.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março de 2015;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual: "... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência".

Considerando a alteração, quer na composição do agregado familiar, quer nos seus rendimentos;

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, proceder à revisão da renda da inquilina Rosa Manuela Ferreira Martins, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Praceta da Liberdade:

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2016	RENDA 2017
3	Rosa Manuela F. Martins	R/C Dto.	18/08/2014	14,27€	11,70€

Mais delibera, que a referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de junho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS – ALMOÇO DE NATAL 2017.

416 - Presente deliberação camarária, datada de 21 de novembro de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

ATIVIDADES PONTUAIS:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/7008/2016	506171795	Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal 2017	25,6	Admitir

Nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito:

- A situação regularizada em termos da Autoridade tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

A candidatura, cumpre com as obrigações enumeradas/previstas no regulamento.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como, através das suas atividades, contribui para a melhoria da capacidade cerebral dos seniores e consequente retardar da deterioração da cognição provocada pelo envelhecimento.

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que a entidade apresentou, em 2016, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio anual para execução das suas atividades para 2017;

Considerando a necessidade de se salvaguardar que a atribuição dos apoios financeiros, seja efetuada antes da realização das atividades/iniciativas;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ATIVIDADES ANUAIS:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal 2017	506171795	25,6	2015/A/111	1.050,00€
TOTAL					1.050,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

35 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA PARA 2017: COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS – GINÁSIO DO CÉREBRO SÉNIOR.

417 - Presente deliberação camarária, datada de 21 de novembro de 2016, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

ATIVIDADES ANUAIS:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8324/2016	506171795	Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos	Ginásio do Cérebro Sénior	26	Admitir

Nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito:

- A situação regularizada em termos da Autoridade tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

A candidatura, cumpre com as obrigações enumeradas/previstas no regulamento.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como, através das suas atividades, contribui para a melhoria da capacidade cerebral dos seniores e consequente retardar da deterioração da cognição provocada pelo envelhecimento.

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, em 2016, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio anual para execução das suas atividades para 2017;

Considerando a necessidade de se salvaguardar que a atribuição dos apoios financeiros, seja efetuada antes da realização das atividades/iniciativas;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ATIVIDADES ANUAIS:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos	Ginásio do Cérebro Sénior	506171795	26	2015/A/111	4.500,00€
TOTAL					4.500,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

36 – ADMISSÃO DA CANDIDATURA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL; CULTURAL, E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO – FAG

418 - Presente informação n.º 1194/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 27/04/2017, na qual se dá conhecimento que, a candidatura com o registo de entrada E/8267/2016, foi reformulada através de novo formulário, em anexo, com o registo de entrada E/8811/2016 de 19 de outubro, pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, cujo objeto é o pedido de apoio para a Feira de Artesanato e Gastronomia.

A candidatura reformulada foi objeto de análise pela comissão de apreciação de candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no dia 31 de março de 2017 (relatório em anexo).

A comissão, tendo em conta o disposto nos artigos 13.º e 14.º do regulamento e considerando que o objeto e os objetivos da candidatura não se alteraram, manteve a mesma pontuação.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão da seguinte candidatura reformulada:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Atividade Pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8811/2016	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2017	33,8	Admitir

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura reformulada abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8811/2016	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2017	33,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

37 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS, ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURA DO CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE – RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL 2017

419 - Presente informação n.º I/1232/2017 da DCD, datada de 28 de abril, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão da candidatura do Clube Automóvel da Marinha Grande, com o registo de entrada E/3758/2017, de 7 de abril, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoio ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/3758/2017	Clube Automóvel da Marinha Grande	501104305	Rallye Vidreiro Centro de Portugal 2017	38,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em

processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

38 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ENCONTROS DE FOLCLORE 2017

420 - Presente informação n.º 1228/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 28/04/2017, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, a candidatura com a E/1474/2017, da Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, preenche os requisitos previstos no n.º 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, propondo a atribuição do apoio financeiro à referida entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como contribui para a promoção do concelho, promovendo e divulgando a nossa cultura;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para execução de Encontros de Folclore 2017;

Considerando a existência de dotação financeira na rubrica 2015/A/176.

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e **delibera conceder:**

Ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ÁREA CULTURAL

ATIVIDADE PONTUAL						
REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/1474/17	Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio	501056467	Encontros de Folclore 2017	28,8	2015/A/176	5.000€

Mais delibera em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação. ”

39 - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA (CDRSP - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO RÁPIDO E SUSTENTADO DE PRODUTO) À ORGANIZAÇÃO DO “ICDDMAP - INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIRECT DIGITAL MANUFACTURING AND POLYMERS” E DAS CELEBRAÇÕES DO 10º ANIVERSÁRIO DO CDRSP/IPL, NO ÂMBITO DA “SEMANA DO EMPREENDEDORISMO 2017”

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** solicitou que lhe fosse facultada a candidatura e questionou sobre a justificação para a verba atribuída.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que não houve candidatura.

O **Sr. Presidente** leu o pedido que foi feito e a informação dos serviços, e referiu que foi ele próprio que tratou com o IPL.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que questionou sobre o valor da verba atribuída porque pretende saber se este valor é para fazer face a que despesas e se o montante atribuído é suficiente, exagerado ou peca por ser pouco.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Concorda que se devem apoiar estas iniciativas num planeamento global em que fique definido o enquadramento e a verba atribuída. Senão entra-se na discricionariedade, pois com alguns nem candidaturas são necessárias e a resposta é imediata, e com outras, por exemplo as coletividades, têm de apresentar as candidaturas em setembro do ano anterior e esperam meses até ver a decisão de terem ou não apoio, e quanto. Lamentou que seja este o procedimento do executivo permanente.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

421 - Presente a informação nº I/1226/2017 de 28 de abril de 2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, que em cumprimento de orientação superior apreciou e enquadrou o pedido de apoio financeiro do Instituto Politécnico de Leiria (CDRSP - Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto), para organização do “ICDDMAP - International Conference on Direct Digital Manufacturing and Polymers” e das celebrações do 10º Aniversário no âmbito da “Semana do Empreendedorismo 2017” numa parceria com a Incubadora de Empresas OPEN e o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, com o apoio ativo do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1) e, reconhecendo a relevância de que se reveste a “Semana do Empreendedorismo”, de uma forma geral e, particularmente, de todas as atividades específicas que integram a sua programação, enquanto instrumentos que permitem valorizar a imagem do território da Marinha Grande, que lhe dá suporte e significado institucional, sendo reconhecido como espaço de conhecimento, com uma identidade muito associada à inovação tecnológica e à excelência criativa, delibera conceder um apoio financeiro no valor de 4.300€ (quatro mil e trezentos euros), ao Instituto Politécnico de Leiria (CDRSP - Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto), com o NIF 506 971 244, para realização do “ICDDMAP - International Conference on Direct Digital Manufacturing and Polymers” e demais atividades paralelas, organizadas pelo CDRSP/IPL e pela Universidade Indiana de Karnatak no âmbito da organização da “Semana do Empreendedorismo”, *de acordo com as atribuições conferidas pelo art.º 23º, n.º 2, alínea m) e da competência conferida pelo art.º 33º n.º 1 alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.*

Mais delibera informar a entidade beneficiária de que deverá evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 dias após a realização do evento, o qual será sujeito a validação técnica e submetido superiormente pelo Técnico Superior, Luís Barreiros Oliveira.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

40 - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DA INCUBADORA DE EMPRESAS OPEN À ORGANIZAÇÃO DA “SEMANA DO EMPREENDEDORISMO”

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** informou que tanto esta ação como a anterior estavam no Plano.

O **Sr. Presidente** leu o pedido apresentado pela OPEN.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** reiterou as observações que fez no ponto anterior, questionando sobre o valor da verba atribuída, para saber se o montante atribuído é suficiente, exagerado ou peca por ser pouco.

Concorda que se devem apoiar estas iniciativas num planeamento global em que fique definido o enquadramento e a verba atribuída. Senão entra-se na discricionariedade, pois com alguns nem candidaturas são necessárias e a resposta é imediata, e com outras, por exemplo as coletividades, têm de apresentar as candidaturas em setembro do ano anterior e esperam meses até ver a decisão de terem ou não apoio, e quanto. Lamentou que seja este o procedimento do executivo permanente.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

422 - Presente a informação nº I/1225/2016 de 28 de abril de 2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, que apreciou e enquadrou o pedido de apoio financeiro da Incubadora de Empresas OPEN – Associação Específica de Negócios, no âmbito da realização da “Semana do Empreendedorismo 2017” cuja organização resulta da parceria entre esta Associação, o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos e o CDRSP – Centro de Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto do Instituto Politécnico de Leiria, com o apoio ativo do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida, que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 2) e, reconhecendo a relevância crescente da “Semana do Empreendedorismo” enquanto instrumento que permite valorizar a imagem do território que lhe dá suporte e significado institucional, no caso concreto, a Marinha Grande, e tendo em conta que a Semana do Empreendedorismo permite confirmar, ano após ano, a sua posição já incontornável, enquanto fonte de conhecimento e de estímulo ao reforço de uma identidade muito associada à inovação tecnológica e à excelência criativa que caracteriza os empresários e empreendedores da Marinha Grande, delibera conceder um apoio financeiro no valor de 5.000€ (cinco mil euros), à Incubadora de Empresas OPEN – Associação Específica de Negócios, com o NIF 506 125 890 no âmbito da organização da “Semana do Empreendedorismo”, *de acordo com as atribuições conferidas pelo art.º 23.º, n.º 2, alínea m) e da competência conferida pelo art.º 33.º n.º 1 alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.*

Mais delibera informar a entidade beneficiária que deverá evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório

de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 dias após a realização do evento, o qual será sujeito a validação técnica e submetido superiormente pelo Técnico Superior Luís Barreiros Oliveira.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

41 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia três de maio de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **10.723.593,48€** (dez milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e três euros e quarenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de dar por concluída a ordem do dia o Sr. Presidente abordou ainda os seguintes assuntos:

- Tendo em conta que terá que representar a Câmara na Semana do Empreendedorismo, que se realiza de 18 a 22/05/2017, e que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal está prevista para 18/05/2017, é necessário adiá-la para o dia 22/05/2017, às 09:30 horas.
Esta alteração mereceu a concordância de todos os presentes.
- Mostrou uma planta da Rua Álvaro Cunhal e referiu que há necessidade de alterar os topónimos, por haver números de polícia repetidos, e quais atribuir, daqueles que estão em carteira.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

423 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:40 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
04/05/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
